



*Subsídios para a História da Biblioteca da Ajuda*

*«Banidos» os proprietários das livrarias mas não os livros*

*A Regência e reinado de D. João VI (1799-1826). Do reinado de D. Miguel ao advento do Regime Constitucional (1828-1834)*

A. Mafalda Távora de Magalhães Barros  
Biblioteca da Ajuda



“Poucas bibliotecas sofreram destruição e história tão turbulenta como a Biblioteca da Ajuda”. Francisco Cunha Leão (diretor de 1989 a 2005).

## Introdução

Escrevia Mariana Machado Santos<sup>1</sup>, directora da Biblioteca da Ajuda (BA) entre 1954-1974, na única monografia existente dedicada à instituição que, após “quase uma década a reunir material”, aguardava sempre que “em novas e persistentes pesquisas”, algo de novo surgisse. Movidos pelo mesmo espírito indagador que os livros e documentos suscitam, e no confronto com alguma documentação manuscrita que integra o Arquivo Interno da casa, parte dela inédita, reunimos alguma informação, que nos permite acrescentar novos dados a uma história já secular.

É agora nosso propósito, com este trabalho, dar um contributo para um melhor conhecimento sobre o modo como, com o propósito de reconstruir o brilho devido a uma biblioteca que era a privada do rei, se procedeu a aquisições e incorporações, nas primeiras décadas do séc. XIX, dedicando especial atenção ao período correspondente à regência e governos de D. João VI (1799-1826) e de D. Miguel (1828-1834), por menos tratado e conhecido.

**Incorporações e confiscos.** O confisco das Bibliotecas dos opositores políticos, “reos ausentes”, isto é, dos liberais, adversários do governo “legitimista” de D. Miguel (1802-1866) que reinou entre 1828-1834, foi uma das medidas aplicadas, e por ser um tema ainda pouco estudado, mas com consequências perenes na história da Biblioteca da Ajuda, lhe dedicamos agora especial atenção. Juntaremos, porém, testemunhos de igual prática em anterior período, como forma de penalização de suspeita, ou de colaboracionismo, com o governo “intruso” francês, durante as invasões napoleónicas, demonstrando como os proprietários das livrarias poderiam ser “banidos”, mas não os seus livros, objectos especialmente desejados.

A devolução, durante o reinado de D. Maria II (1819-1853), das livrarias sequestradas a figuras que viriam a ter um papel destacado durante o regime liberal, parecia um facto consequente, tendo em consideração os testemunhos de gratidão com os quais foram agraciados, neles incluída a atribuição de títulos nobiliárquicos. Escreve Mariana Machado Santos que “D. Maria II mandou restituir os livros aos liberais, seus antigos possuidores”, questionando, “como não deveria ser assim, se eram eles que detinham o poder?”<sup>2</sup>

Esta suposição fundamentava-se em documentação da gerência do P. António Nunes (1837-1839)<sup>3</sup> na qual o bibliotecário solicitava a “retirada de muitos livros depositados: os do Duque da Terceira, os dos Marqueses de Sampaio e de Ponte de Lima, dos Condes de Linhares e de Óbidos e do Visconde de Laborim que impediam a boa arrumação da Livraria Real”, mencionando a entrega dos livros aos seus anteriores proprietários, o que teria ocorrido no ano de 1839. Em meados daquele ano, Alexandre Herculano (1810-1877) assumira o cargo de bibliotecário-mor e não admira que o novo regime constitucional quisesse restituir aos seus apoiantes os bens que lhes haviam sido confiscados durante a governação miguelista.

---

<sup>1</sup> SANTOS, Mariana A. Machado, *Alexandre Herculano e a Biblioteca da Ajuda*, Coimbra, 1965.

<sup>2</sup> SANTOS, Mariana A. Machado, *Alexandre Herculano e a Biblioteca da Ajuda*, Coimbra, 1965, pag. 7.

<sup>3</sup> BA Arquivo Interno ms. pasta D 291. Segundo Mariana A. Machado Santos, obra cit., p.6, o P.e António Nunes fora nomeado Encarregado da Real Livraria do Paço da Ajuda em 11-5-1837, sucedendo ao Conselheiro Doutor António Nunes de Carvalho que estivera no cargo menos de um ano.

Mas teria sido assim? Teria a totalidade das obras arroladas sido efectivamente devolvida?

Para a confirmação da tese de que alguns dos exemplares confiscados teriam permanecido, em parte, na Biblioteca Particular e que actualmente se encontram na Biblioteca da Ajuda (BA), seria necessário encontrar marcas de posse, ou outros testemunhos relacionáveis com os anteriores proprietários, trabalho exaustivo, nem sempre coroado de sucesso.

Este trabalho inscreve-se nos “estudos na área das proveniências” que “têm vindo a multiplicar-se no âmbito das instituições patrimoniais”<sup>4</sup>, conforme escreve Fernanda G. Campos, enquanto campo aberto para o conhecimento da circulação dos livros, neste caso em contextos áulicos, pretendendo ser um contributo para aprofundar o conhecimento sobre o modo como se constituíram as actuais colecções públicas nacionais, nomeadamente no que respeita às Bibliotecas patrimoniais e, neste caso preciso, sobre os acervos da Biblioteca da Ajuda, herdeira da Real Biblioteca Particular.

## I. Breve introdução histórica

### I.II. A cultura um eixo fundamental na afirmação do poder régio

Na cultura de Antigo Regime a Biblioteca do Rei constituía um elemento central na estratégia de afirmação simbólica do poder de um monarca que se queria “ilustrado”. “Aparato cultural e institucional”, representação e instrução, seriam eixos fundamentais “na concepção do Estado Moderno”<sup>5</sup>, pelo que a formação de uma nova biblioteca, perdida que fora a do Paço da Ribeira, no grande terramoto, era parte do projecto da instalação da corte no novo complexo palatino, que se erguera no sítio de Nossa Senhora da Ajuda, local onde Família Real escolhera viver, após 1755.

Enquanto o Paço seria construído em madeira, as edificações para a Real Livraria, para o Real Gabinete de Física e para a Casa da Música (os Serenins), que se ergueram anexas à Igreja Patriarcal, seriam em alvenaria de pedra e cal, o que as viria a salvar do incêndio que, no ano de 1795, destruiu a “Real Barraca”, assim denominada popularmente aquela residência régia.

Desfalcada de importantes conjuntos, que entre causas naturais e deslocações se haviam perdido ou dispersado, para a recém-instalada Livraria Real contribuiriam os “livros salvos do incêndio do Paço da Ribeira”<sup>6</sup>, na sequência de terramoto de 1755, aos quais se agregariam outros espólios, provenientes de doações, e aquisições, de entre as quais se destacam as provenientes da compra, em 1757, à viúva do 11º Conde de Redondo, da Livraria de seu marido, D. Tomé de Sousa Coutinho (1677-1717)<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de, *Para se achar facilmente o que se busca. Bibliotecas, Catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII)*, Caleidoscópio, 2015, p. 102.

<sup>5</sup> LISBOA, João Luís; CABRAL, Maria Luísa, “A Real Biblioteca Pública da Corte e o Estado Moderno”, *Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 36/2017, pp. 91-101.

<sup>6</sup> SANTOS, Mariana A. Machado, *Alexandre Herculano e a Biblioteca da Ajuda*, Coimbra, 1965, pag. 14.

<sup>7</sup> O *Catálogo* de 1711, ainda era vivo o Conde, existe na Universidade de Coimbra. Inclui manuscritos do Visconde de Vila Nova de Cerveira. CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de, estuda esta colecção no seu artigo “A Livraria dos Condes de Redondo: contributo para um estudo de práticas de colecionismo e leitura nos sécs. XVII-XVIII”, UAL, Jun. 2016.

### I.III. Reminiscências

A localização de exemplares outrora pertencentes à biblioteca do Rei D. João V (1706-1750), instalada no Paço régio, na margem do rio Tejo - “its dramatic setting between land and sea”<sup>8</sup> - aliada a alguma documentação dispersa e fragmentada, têm motivado renovada investigação, destacando-se, neste capítulo, o trabalho de Angela Delaforce, sobre as colecções daquela que, à morte do monarca, era reputada como “one of the most magnificent libraries in Europe”. A autora, na sua mais recente publicação dedicada à livraria perdida - *The Lost Library of the King of Portugal* – num trabalho “arqueológico” aturado, apresenta a reconstituição da biblioteca joanina do Paço da Ribeira, definindo-a como a “library-museum, in wich the manuscripts, rare editions, maps, a cabinet of prints and drawings were complemented by a cabinet of natural history, a collection of scientif instruments, metal and clocks”, constituída por uma reunião quase enciclopédica dos saberes, um “teatro do mundo”. No entanto, perdido o seu espaço físico e a quase totalidade do seu acervo, a história daquela colecção permanece, segundo a autora “full of mysteries”<sup>9</sup>, de que a sobrevivência de algumas obras nos permite apenas um vislumbre da sua antiga grandeza.

Na Biblioteca da Ajuda encontram-se alguns desses exemplares-fragmentos de uma Livraria perdida, cujo trajecto permanece, em parte, desconhecido, contrariando a tese de que, no que respeita “le Corpo de Estampas de Jean V aurait totalement disparu lors de l’incendie de la Bibliothèque royale en 1755”<sup>10</sup>. Escreve M.T. Mandroux-França que um número importante de obras, “rares et precieuses” que seguiram para o Brasil com a corte, “furent dérobés au cours de l’expédition, dont on retrouve la trace dans certaines collections anglaises du XIX.e siècle”<sup>11</sup>, o que pode justificar o seu aparecimento à venda no mercado livreiro inglês, nos séculos XIX-XX.

---

<sup>8</sup> DELAFORCE, Angela, *The Lost Library of the King of Portugal*, AD ILISSUM, 2019, p. 103.

<sup>9</sup> Idem, idem, p. ix.

<sup>10</sup> Para o estudo da temática do Gabinete de Estampas de D. João V ver o trabalho imprescindível MANDROUX-FRANÇA, Marie Thérèse, PRÉAUD, Maxime, *Catalogues de la Collection d’Estampes de Jean V, Roi de Portugal, para Pierre-Jean Mariette*, Fundação Calouste Gulbenkian, Bibliothèque Nationale de France, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa-Paris, 2003, p. 51.

<sup>11</sup> MANDROUX-FRANÇA, M.T., 2003, p. 50.

**Livros anteriormente pertencentes às colecções régias que sobreviveram ao terramoto e incêndio de 1755 e que se encontram na BA.**

Dois álbuns de gravuras do conjunto monumental adquirido por D. João V para o seu Gabinete de Estampas da Livraria do Paço da Ribeira:

- *Livro das borboletas*. M. Brit. [*Magnæ Britanniae*] *historiæ naturalis miscellanea collectio ut a maximis ad minima viventia innumerabilem creationem et dædalam omnipotentiam*, 1725. Eleazar Alvim (des., grav.); H. Terasson (...) <sup>12</sup>, era o vol. XIII, de um conjunto de quarenta e dois, dedicado à gravura inglesa, adquirido pelo rei D. João V, em Londres, no ano de 1725, através do seu embaixador António Galvão de Castelo Branco. Consta do *Catálogo dos manuscritos da Bibliotheca da Coroa*, de L.S. Marrocos <sup>13</sup>, pelo que foi, com a Livraria Real, para o Brasil. Adquirido por D. Manuel II, em Londres, em 1895, sendo seu proprietário Joseph Ruston, ingressaria na posse do Estado Português, em 1989, por compra do então IPPC.

- *Opere di Federico Barocci da Urbino*. Roma, 1727 <sup>14</sup>. Este Álbum pertencia à colecção de gravura de D. João V, sendo um dos cem provenientes de Itália, cuja aquisição foi feita através do antiquário francês Pierre-Jean Mariette (1694-1774), *connoisseur* especialista em desenho e gravura.



*Livro das borboletas*. M. Brit. [*Magnæ Britanniae*] (...). Portada com cercadura decorada com motivos vegetais. No topo, o emblema da Cruz de Cristo, e, na parte superior, cinco alegorias antropomórficas, i.e., a Lusitânia ladeada pelos quatro continentes. Em perspectiva o Terreiro do Paço, numa figuração prévia ao terramoto de 1755.

<sup>12</sup> BA 52-XIV-36. DGPC. Matrizpix. Disponível em:

<http://www.matrizpix.dgpc.pt/MatrizPix/Fotografias/FotografiasConsultar.aspx?TIPOPESQ=2&NUMPAG=10&REGPAG=50&CRITERIO=BA+52-XIV-36&IDFOTO=134636>.

<sup>13</sup> MARROCOS, Luís dos Santos, *Índice Geral dos manuscritos da Bibliotheca da Coroa, disposto alfabeticamente*, ms., BA 49-IX-44.

<sup>14</sup> BA 52-XIV-37. DGPC. Matrizpix. Disponível em:

<http://www.matrizpix.dgpc.pt/MatrizPix/Fotografias/FotografiasConsultar.aspx?TIPOPESQ=4&NUMPAG=1&REGPAG=50&CRITERIO=&TERMOS=&PROPRIETARIO=98&NUMINVOBJ=BA+52-XIV-37&IDFOTO=134426>.



*Livro das borboletas*. M. Brit. [*Magnæ Britanniae*] *historiæ naturalis miscellanea collectio ut a maximis ad minima viventia innumerabilem creationem et dædalam omnipotentiam*, 1725. Eleazar Albim (des., grav.); H. Terasson, Hullet, M. V. Gucht, (grav.) / Londres, Reino Unido<sup>15</sup>. BA 52-XIV-36. Álbum de gravuras inglesas aguareladas, com 110 fls. Encadernação da época, inteira, pele sobre madeira, com ferros a ouro: monogramas reais e troféu decorativo envolvem as armas de D. João V e a legenda “Imperium et felicitatem”; Nos cortes da encadernação, a ouro, surge, a cores, o escudo real português. Portada com cercadura decorada com motivos vegetais. No topo, o emblema da Cruz de Cristo, e, na parte superior, cinco alegorias antropomórficas, i.e., a Lusitânia ladeada pelos quatro continentes, e em perspectiva o Terreiro do Paço, numa figuração prévia ao terramoto de 1755. Na parte inferior desenha-se o título e as alegorias da Fé e da Justiça.



Gravura aguarelada com borboletas e motivos vegetalistas. Na guarda do livro, sobre *bronzefirnispapier* (papel em bronze lacado com motivos florais) ex-libros de D. Manuel II e de Joseph Ruston, seus anteriores proprietários.

<sup>15</sup> DGPC. Matrizpix. Disponível em:

<http://www.matrizpix.dgpc.pt/MatrizPix/Fotografias/FotografiasConsultar.aspx?TIPOPEsq=4&NUMPAG=18&REGPAG=50&CRITERIO=&TERMOS=&FOTOGRAFO=134&PROPRIETARIO=98&IDFOTO=134432>.



*Opere di Federico Barocci da Urbino*. Roma, 1727<sup>16</sup>. Encadernação da época, inteira, de pele sobre madeira, com ferros o ouro: cercadura com monogramas de D. João V, grifos, escudos com as cinco quinas, e a cruz de Cristo. Ao centro, as armas reais, envolvidas em cercadura com palmas e motivos vegetalistas. Capa, pasta posterior, e folha de rosto, com título, local de edição e data.



*Opere di Federico Barocci da Urbino*. Roma, 1727. Tal como o *Livro das borboletas* este exemplar apresenta ex-libris de D. Manuel II, tendo sido, de igual modo, adquirido no mercado londrino, com destino às colecções da BA.

<sup>16</sup> BA 52-XIV-37. DGPC. Matrizpix. Disponível em:

<http://www.matrizpix.dgpc.pt/MatrizPix/Fotografias/FotografiasConsultar.aspx?TIPOPEsq=4&NUMPAG=1&REGPAG=50&CRITERIO=&TERMOS=&PROPRIETARIO=98&NUMINVOBJ=BA+52-XIV-37&IDFOTO=134426>.

#### I.V. Doações e Aquisições.

Pós terramoto uma importante fonte de enriquecimento da Livraria régia foi a que resultou da doação, em 1770-1773, da Biblioteca do Abade Barbosa Machado (1682-1772), erudito bibliófilo, negociada por frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814). Formada por 4.301 obras subdivididas em 5.764 volumes que compreendiam diversos campos do conhecimento, coleções especiais de retratos, álbuns de gravuras de temas religiosos, mapas e folhetos de origens diversas” todos os volumes apresentavam “o ex-libris do seu proprietário”<sup>17</sup>.



*Ex-libris* de Diogo Barbosa Machado, no cód. *Informatio pro veritate contra iniquiorem famam sparsam per Sinas cum calumnia in PP. Soc. Jesu, & detrimento Missionis co[m]municata Missionariis in imperio Sinensi*. BA 52-VIII-22.

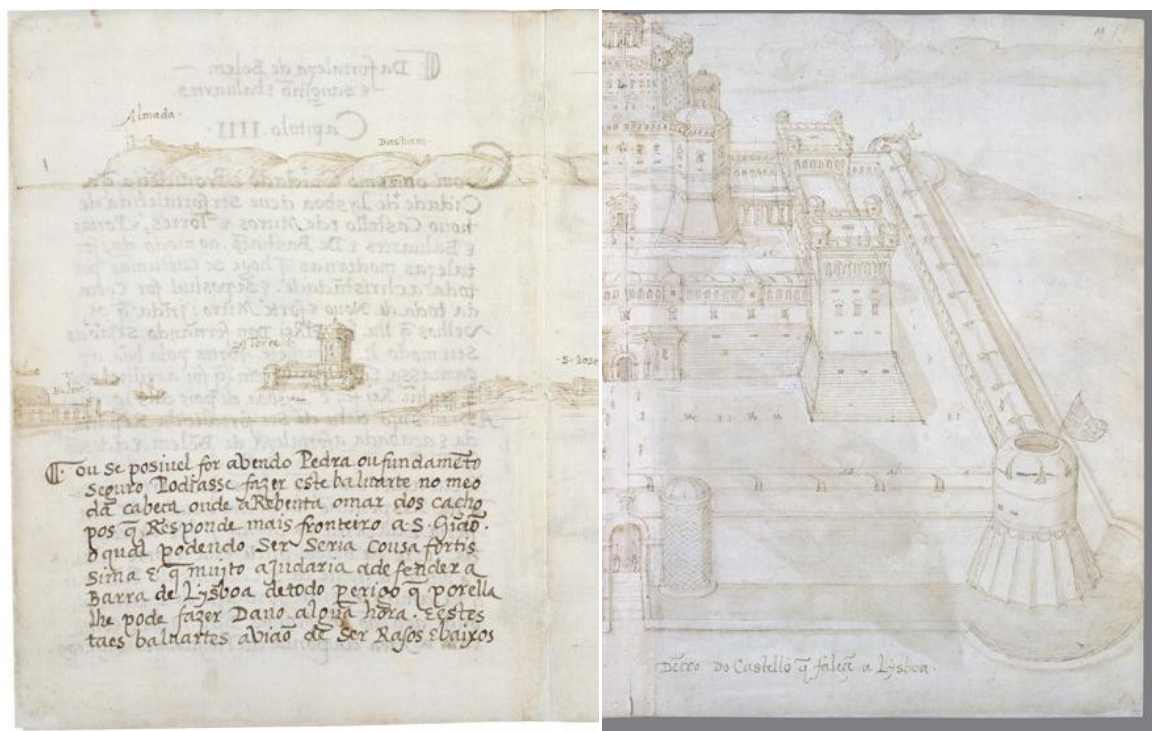
#### A aquisição da Livraria 11ª Conde de Redondo, D. Tomé de Sousa Coutinho (1677-1717)

Outra importante incorporação na Livraria régia, pós-terramoto, foi a da Livraria 11ª Conde de Redondo, D. Tomé de Sousa Coutinho (1677-1717), que entre livros de História, de Geografia, mapas, iconografia e manuscritos, incluía preciosidades tais como o manuscrito do humanista Francisco de Holanda (1517-1585) - “*Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*”<sup>18</sup>, visão sobre os empreendimentos necessários a uma capital que o era de um vasto Império, objecto de especial apreço enquanto rara utopia urbanística lusitana; ou o “*Roteiro de todos os sinaes da costa do Brasil*”<sup>19</sup>, primeira representação da costa do Brasil, manuscrito de valor incalculável; ou os códices relativos à acção de D. de João de Sousa, Arcebispo Primaz de Braga, irmão de D. Tomé de Sousa, entre muitas outras raridades que haveriam de embarcar rumo à nova capital, no Rio de Janeiro. Integrando a Livraria Régia, haveriam de regressar à Ajuda com os manuscritos da Coroa.

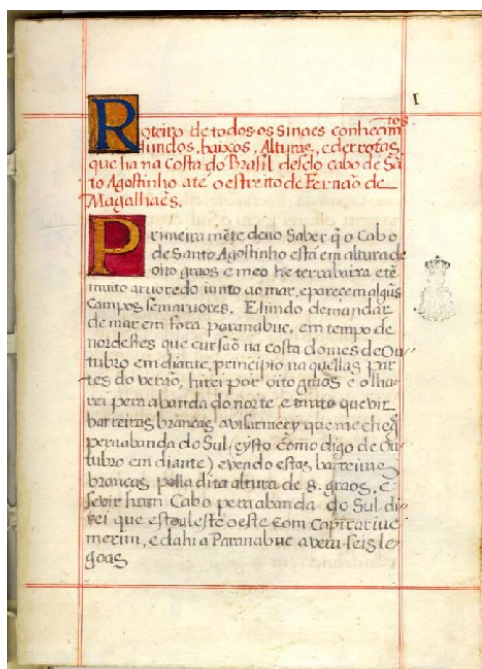
<sup>17</sup> SPINELLI JUNIOR, Jayme, *Guia de Preservação e Segurança*, Anais da Biblioteca Nacional, vol. 127, 2007, p. 10. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630\\_2007\\_00127.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_2007_00127.pdf).

<sup>18</sup> HOLANDA, Francisco da, “*Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*”, BA 49-IX-44.

<sup>19</sup> TEIXEIRA, Luís, c. 1586, “*Roteiro de todos os sinaes da costa do Brasil*”. Manuscrito raro. BA 52-XII-25.



Da fabrica que faleçe ha çidade de Lysboa (...), Francisco de Holanda, 1571. "E ou se possivel foi avendo pedra...";  
"Do castello que falece a Lisboa..."<sup>20</sup>.

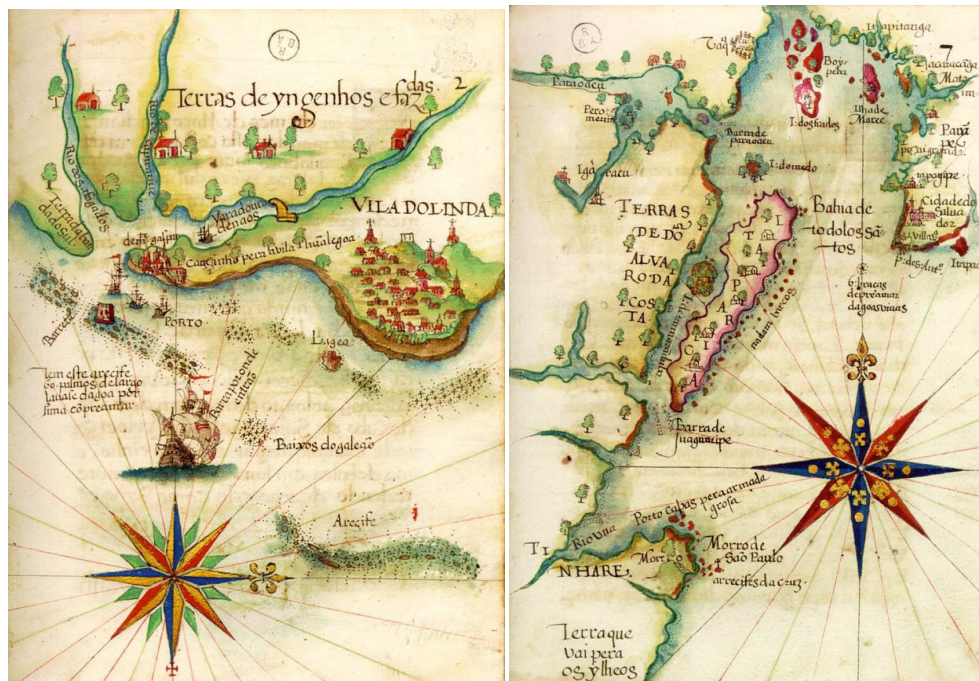


Roteiro de todos os sinaes conhecidos fundos, baixios, alturas e derrotas que ha na costa do Brasil desde Cabo de São Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães, fol.1. Autor: [Anónimo: Luís Teixeira]. Data: S. d.: [ca 1574-1582]. Cód. ms., papel, 33 f., 12 mapas parciais, 1 mapa geral, no qual figura todo o Brasil dividido em capitancias, iluminado.

<sup>20</sup> BA 49-IX-44. DGPC. Matrizpix. Disponível em:

<http://www.matrizpix.dgpc.pt/matrizpix/FotografiasConsultar.aspx?TIPOPEsq=4&NUMPAG=1&REGPAG=50&CRITERIO=&TERMOS=cancioneiro+da+ajuda&FOTOGRAFO=100&PROPRIETARIO=98&IDFOTO=10940>.

Existem no mapa elementos datáveis de 1582, como é o caso, da atribuição, da capitania de Pernambuco a Jorge de Albuquerque Coelho nesse mesmo ano.



*Roteiro de todos os sinaes (...), fols. 2, 7.*

O códice *Roteiro de todos os sinaes conhecimentos fundos, baixios (...)*, constitui o primeiro atlas de toda uma vasta região da América portuguesa, bem como o primeiro, fruto de uma expedição organizada oficialmente com fins científicos que, pela primeira vez, mostra, com detalhe, os mais importantes troços das costas, já com as povoações que estavam a crescer nos inícios da colonização do Brasil. Jaime Cortesão atribuiu-o a Luís Teixeira, que estaria no Brasil e percorreu a costa brasileira com o objetivo de atualizar a carta geral e executar cartas locais, por determinação do Governador Luís Brito de Almeida. Trata-se de um manuscrito proveniente da Livraria do 11º Conde de Redondo, comprada em 1756, por D. José I para o enriquecimento da Biblioteca Real. Sendo a primeira espécie cartográfica do género, terá servido de exemplo para as produções que se lhe seguiram, nomeadamente as de Teixeira Albernaz.



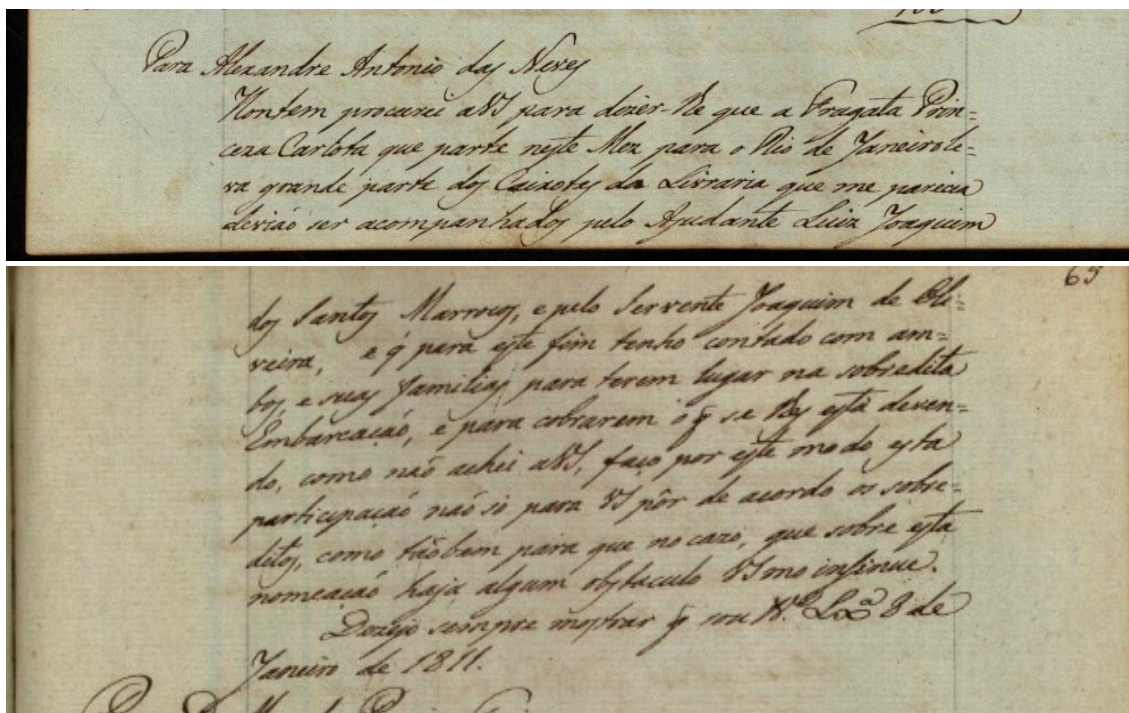
*Roteiro de todos os sinaes (...), fols. 20v e 22.*

#### I.V. Partidas

**Um novo capítulo da história.** Em 1807, a ida da Família Real para o Brasil, na sequência das invasões napoleónicas, introduziria mais um capítulo na História da Biblioteca régia. Agora, cumprindo a ordem, datada de 7 de janeiro de 1811, em nome do Príncipe Regente, embalada em caixotes, a Livraria seguiria, em mais de uma remessa, para o Brasil, acompanhada pelos “empregados na R. Livraria”, de entre os quais o bibliotecário Luiz Joaquim dos Santos Marrocos (1781-1838).

No novo Reino, para onde se deslocaram as colecções reais e todo o aparato administrativo necessário à instalação da nova sede do governo, a Biblioteca Real seria acomodada em espaços anexos ao Paço Real do Rio de Janeiro, nas salas do Hospital da Ordem Terceira do Convento do Carmo. Escreve o historiador brasileiro M. Oliveira Lima (1867-1928) que, no que toca à “propriedade real (...) vieram para o Brasil todas as pratas preciosíssimas cinzeladas pelos Germain; toda a formosa biblioteca organizada por Barboza Machado, milhares de volumes reunidos com inteligência e amor, que constituíram o núcleo da nossa primeira livraria pública; até o prelo e tipos (...) mandados vir de Londres”<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> LIMA, M. Oliveira, D. João VI no Brasil, ACD Editores, s/data, p. 49.



Registo do Expediente de Particular, ANTT, fol. 65. Nota datada de Lisboa a 8 de Janeiro de 1811, referente à ordem para que o “Ajudante Luiz Joaquim dos Santos Marrocos” acompanhe “grande parte dos caixotes da Livraria” que deviam embarcar para o Rio de Janeiro, na Fragata Princeza Carlota<sup>22</sup>.

A partir do Rio, Luís dos Santos Marrocos endereça, regularmente, cartas a seu pai que nos permitem espreitar um pouco para o quotidiano vivido nos primeiros anos da instalação da corte nos trópicos. O interesse da “Real Família” pela Livraria é manifesto, escreve o bibliotecário, “honra[ndo-a] com frequentes e quase diárias visitas”<sup>23</sup>. A 3 de Novembro de 1815, refere ter sido “incumbido dos Manuscritos da Coroa, Que então se achavam no Quarto de Sua Alteza Real”<sup>24</sup>, o que o fazia sentir especialmente lisonjeado e lhe dava acesso ao contacto quase diário com o Regente. Mais tarde dará nota da incorporação dos manuscritos na Livraria que agora chegava “a um auge de esplendor, e grandeza”<sup>25</sup>.

As colecções biblioteconómicas reais seriam, no Brasil, enriquecidas com diversos espólios, de entre os quais a livraria do Conde da Barca, António de Araújo de Azevedo (1754-1817), bem como a do Arquitecto José da Costa e Silva (1747-1819) que o Regente chamara para a renovação urbanística da capital carioca e que por lá morreriam. A estes conjuntos de livros, manuscritos e gravuras, somavam-se as aquisições, os impressos da Impressão Régia instalada no Rio, em 1808, e aumentada a colecção de música com as partituras musicais de diversos compositores, de entre os quais Marcos António Portugal (1762-1830), que de igual modo fora, a mando do Príncipe Regente, dirigir o novo teatro de Ópera, o Real Teatro de S. João,

<sup>22</sup> Registo do Expediente de Particular. ANTT. Disponível em: <https://digitarg.arquivos.pt/viewer?id=4162359> (fols. 64-65). Consulta 5.12.2023.

<sup>23</sup> *Cartas do Rio da Janeiro 1811-1821. Luís Joaquim dos Santos Marrocos*, pesquisa e revisão GEADA, Maria da Conceição. Ed. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 2008, p. 246.

<sup>24</sup> *Cartas do Rio da Janeiro 1811-1821. Luís Joaquim dos Santos Marrocos*, 2008, pp. 302 e 322.

<sup>25</sup> *Cartas do Rio da Janeiro 1811-1821. Luís Joaquim dos Santos Marrocos*, 2008, p. 322.

inaugurado no Rio, em 12 de Outubro de 1813<sup>26</sup>. Aqueles conjuntos haveriam de constituir o núcleo central da que seria a futura Biblioteca do Rio de Janeiro, com excepção para a componente manuscrita, na qual se incluem as partituras musicais. A Biblioteca Real que, com a independência do Brasil, em 1822, viraria, como escreve L. Schwarcz, “Imperial e Pública”, contribuiu, segundo esta autora, para que a “emancipação” do Brasil, fosse “feita de atos mas com livros”, pois, acrescenta, “não há nação que se queira independente sem sua Biblioteca que se converte, rapidamente, numa espécie de espelho e demonstração”<sup>27</sup>.

#### I.VI. O Regresso. Refazer o esplendor da Livraria Régia

Com o regresso da Família Real a Lisboa, em 1821, depois do capítulo brasileiro, a livraria régia permanecendo para sempre no novo Reino, apenas tornariam, com o Padre Joaquim Dâmaso<sup>28</sup>, que em 1810, passara a ocupar o cargo de bibliotecário da Real Biblioteca do Rio de Janeiro<sup>29</sup>, os manuscritos da Coroa, e eventualmente as Bibliotecas particulares das pessoas reais.

De entre o conjunto regressado importa destacar os 226 códices da *Symmicta Lusitanica*, cópias dos documentos do Vaticano relacionadas com a Coroa de Portugal, desde a fundação da nacionalidade, até meados do século XVIII, e os 61 códices dos *Jesuítas na Ásia*<sup>30</sup>, fundamentais para a história da presença da Companhia no Oriente (século XVIII), ambos os trabalhos patrocinados por D. João V (1689-1750), e promovidos no âmbito da criação da Real Academia da História, em 1720. A este valioso conjunto devemos juntar a colecção de manuscritos de carácter administrativo do Reino, a correspondência particular da família real, bem como um núcleo de partituras, de importância capital para a compreensão do mecenato régio da dinastia de Bragança, no domínio da encomenda musical, de valor internacional, pelos autores e obras raras que integra, tudo, se não na totalidade, em parte, embarcados rumo à velha capital<sup>31</sup>.

---

<sup>26</sup> MARQUES, António Jorge, *A obra religiosa de Marcos António Portugal*, BNP, 2012.

<sup>27</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis, do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, Assírio e Alvim, 2007, pp. 212 e 222.

<sup>28</sup> Padre Joaquim Dâmaso, oratoriano da Biblioteca do Convento das Necessidades, acompanhou a família real para o Brasil, onde foi nomeado bibliotecário do paço. Regressou com a família real, trazendo consigo os manuscritos da Coroa.

<sup>29</sup> ARAÚJO, Ana Cristina, “Uma longa despedida. Cartas familiares de Luís Joaquim dos Santos Marrocos”, *Cartas do Rio de Janeiro 1811-1821, Luís Joaquim dos Santos Marrocos*, 2008, p. 30.

<sup>30</sup> *Jesuítas na Ásia*, núcleo constituído por 61 códices, cópias referentes às missões da Companhia de Jesus no Real Padroado do Oriente, efectuadas sob a responsabilidade do Irmão João Álvares, enviadas, nos anos posteriores a 1745, para a Procuratura da Província do Japão em Lisboa, Colégio de Santo Antão. Com a extinção da Companhia, em 1759, o conjunto reverteu para a Coroa, sendo incorporado na secção dos Manuscritos da Coroa, na Real Biblioteca da Ajuda. BA 49-IV-49 a 66, 49-V-1 a 34 e 49-VI-I a 9.

<sup>31</sup> A este propósito ver ALBUQUERQUE, Maria João; BARROS, Mafalda de Magalhães, “Gosto Musical e Coleccionismo de D. João VI e D. Carlota Joaquina: sua expressão na Biblioteca da Ajuda”, in Actas do colóquio - *Coleções de Arte em Portugal e no Brasil nos séculos XIX e XX* (eds. NETO, Maria João; MALTA, Marize), ed. Cadeidoscópio, 2022. Disponível em: [https://www.academia.edu/101437740/Gosto\\_Musical\\_e\\_Coleccionismo\\_de\\_D\\_Jo%C3%A3o\\_VI\\_e\\_D\\_Carlota\\_Joaquina\\_Sua\\_Express%C3%A3o\\_na\\_Biblioteca\\_da\\_Ajuda](https://www.academia.edu/101437740/Gosto_Musical_e_Coleccionismo_de_D_Jo%C3%A3o_VI_e_D_Carlota_Joaquina_Sua_Express%C3%A3o_na_Biblioteca_da_Ajuda).



Estantes da BA com Códices da *Symmicta Lusitanica*<sup>32</sup>.

De volta à Ajuda, o novo Paço Real que o arquitecto Costa e Silva deixara desenhado antes de embarcar para o Rio, e cujos trabalhos iam avançando na iminência da chegada, sempre desejada, da Família Real, estava longe de terminado e a Livraria haveria de continuar nos mesmos espaços anexos à Patriarcal, nos primitivos edifícios setecentistas.



Palácio da Ajuda, corte longitudinal, desenho a tinta-da-china e aguada sobre papel, José da Costa e Silva, 1802<sup>33</sup>.

Desfalcada de parte significativa do seu espólio, diversas foram as disposições régias com as quais se procurou suprir as carências de obras e conjuntos reputados como necessários à dignidade de uma Livraria Real, de entre as quais se destacam:

- **O envio dos duplicados da Biblioteca Pública para a Biblioteca de Sua Magestade no Real Paço da Ajuda.** O diploma de 30 de Dezembro de 1824 determinara que fossem “remetidos à Bibliotheca Pública, de qualquer Officina Typografica, hum Exemplar de todo o Escripto que se imprimir nestes Reinos”, configurando o que se viria a designar como “depósito legal”<sup>34</sup>, medida que visava essencialmente o enriquecimento da Biblioteca Pública da corte, criada pelo Alvará de Fevereiro de 1796. Àquela disposição legal sucedeu outra de especial alcance

<sup>32</sup>Disponível em

<http://www.matrizpix.dgpc.pt/matrizpix/fotografias/FotografiasConsultar.aspx?TIPOPESQ=4&NUMPAG=20&REGPAG=50&CRITERIO=&TERMOS=&PROPRIETARIO=98&IDFOTO=141258>.

<sup>33</sup> BA 7519 (A,B,C). DGPC. Matrizpix. Disponível em:

<http://www.matrizpix.dgpc.pt/matrizpix/fotografias/FotografiasConsultar.aspx?TIPOPESQ=4&NUMPAG=35&REGPAG=50&CRITERIO=&TERMOS=&FOTOGRAFO=134&PROPRIETARIO=98&IDFOTO=103786>.

<sup>34</sup> RIBEIRO, José Silvestre, *Apontamentos Históricos sobre Bibliotecas Portuguesas*, Universidade de Coimbra, 1914, pp. 39-40. Disponível em: [https://purl.pt/173/4/sc-66010-v/sc-66010-v\\_item4/sc-66010-v\\_PDF/sc-66010-v\\_PDF\\_24-C-R0150/sc-66010-v\\_0000\\_capa-cap\\_a\\_t24-C-R0150.pdf](https://purl.pt/173/4/sc-66010-v/sc-66010-v_item4/sc-66010-v_PDF/sc-66010-v_PDF_24-C-R0150/sc-66010-v_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf).

para a Biblioteca da Ajuda pois, pelo Aviso régio de 5 de Novembro de 1825, se estabelecia que da Real Biblioteca Pública fosse enviado para a Real Biblioteca Particular “um exemplar de todas as obras que houver duplicados, entrando”, naquele número, “o Risco do Edifício da Batalha, e um exemplar de todas as obras dos Autores Classicos Gregos, Romanos e Portuguezes”<sup>35</sup>, conforme se podia ler naquele documento.

**- O “depósito legal”. O envio para a Real Biblioteca Particular de todas as obras impressas no Reino.** Com o propósito de prosseguir o trabalho de completar as colecções da biblioteca da Ajuda e de garantir a dignidade com a qual deveria ser “mantida e conservada” a “Real Bibliotheca Particular”, era determinado pelo diploma de 6 de Fevereiro 1832, publicado na *Gazeta de Lisboa*, nº 36, desse mesmo ano, entre outras medidas, que fosse remetido “um exemplar de todos os escriptos que neste Reyno se imprimirem”, bem como fossem os autores, ou editores “obrigados a entregar os Mappas, Cartas e Estampas gravadas no reino”. Isto é, ficavam agora, por aquela disposição legal, assinada pelo Conde de Basto<sup>36</sup>, em nome do Rei, na altura D. Miguel (1802-1866), extensivas, “(à Minha) Real Bibliotheca Particular”<sup>37</sup>, as mesmas disposições de que já beneficiava a Biblioteca Pública da corte.

**- As aquisições, permutas e confiscos.** Às medidas que resultavam da “porosidade” entre as diversas livrarias que se encontravam debaixo da tutela régia, isto é entre a Biblioteca Pública da Corte, a Biblioteca dos Oratorianos das Necessidades e a Biblioteca Privada do Rei no Paço da Ajuda, devemos acrescentar as “muitas obras modernas” adquiridas “no governo do Senhor D. Miguel de Bragança”<sup>38</sup>, com as quais se pretendeu reverter o empobrecimento das colecções régias de livros, pela permanência no Rio de Janeiro da Livraria do Rei. E àquelas disposições, se juntavam as resultantes dos diversos acontecimentos políticos, e das fracturas ocorridas ao longo das primeiras décadas do século XIX, na sociedade portuguesa, polarizada entre distintas mundivisões, que originaram revoluções, levantamentos populares, exílios, banimentos e confiscos e cujas consequências haveriam de se reflectir, de um modo expressivo, no acervo da Biblioteca Particular do Rei.

**- As incorporações.** Às medidas atrás mencionadas somaram-se as incorporações, ou confiscos, a partir das Livrarias dos Conventos extintos, vindo a ter grande impacto na colecção da Biblioteca da Ajuda, a vinda da “Livraria jesuítica”, ainda no reinado de D. Miguel. Agregando, entre outras Livrarias de Casas da Ordem, as de S. Roque, de S. Antão, e de Coimbra, integradas, após a supressão da Companhia de Jesus, em 1759, na Livraria do Colégio dos Nobres, com a extinção desta instituição de ensino, viriam posteriormente enriquecer as colecções da Biblioteca da Ajuda. Em “1831 e 1832”, dariam aqui entrada, oito mil cento e vinte e quatro volumes, de entre os quais o celebrado *Cancioneiro dos Nobres*, atualmente denominado da Ajuda. Conforme se pode ler em nota manuscrita, do Arquivo Interno da BA:

---

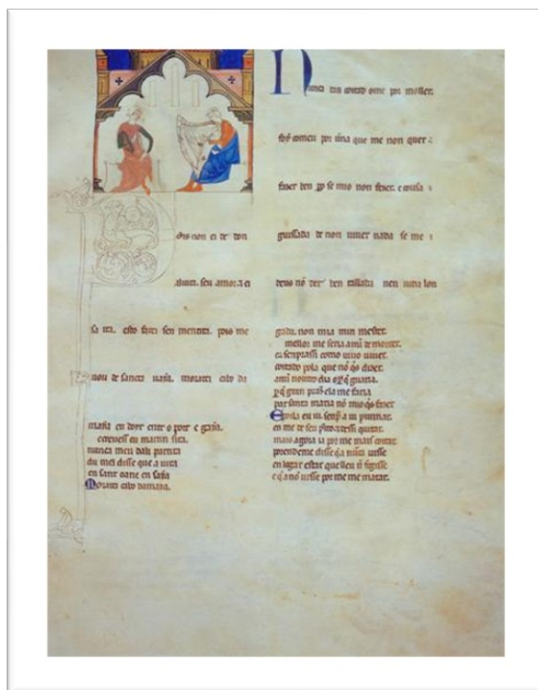
<sup>35</sup> RIBEIRO, José Silvestre, 1914, p. 39.

<sup>36</sup> José António de Oliveira Leite de Barros (1749-1833), Conde de Basto pelo Decreto de D. Miguel de 12 de Janeiro de 1829, foi Ministro do Reino durante os reinados de D. João VI e D. Miguel.

<sup>37</sup> RIBEIRO, José Silvestre, 1914, pp. 39-40.

<sup>38</sup> *Idem*, *Idem*, p. 39.

“A Livraria jesuítica que estava depositada no Collegio dos Nobres desde a extinção da Companhia, veio em grande parte para a Bibliotheca da Ajuda em 1832”<sup>39</sup>.



*Cancioneiro da Ajuda*, folio 55. Códice manuscrito iluminado sobre pergaminho<sup>40</sup>. Este tesouro do património bibliográfico nacional foi integrado nas colecções da Real Biblioteca Particular durante o curto reinado de D. Miguel e vigência do Padre José Manuel de Abreu e Lima como bibliotecário-mor.

Após o banimento de D. Miguel, a extinção, durante o Governo liberal, das ordens religiosas regulares, isto é dos Conventos, Mosteiros, Colégios e Hospícios, em 1834, teve como consequência nova deslocação de acervos bibliográficos, com a concentração dos espólios, pertencentes às Livrarias daquelas casas religiosas, no Convento de S. Francisco, em Lisboa. Alexandre Herculano (1810-1877), enquanto *Bibliotecário-mor de Sua Magestade*, cargo que ocupava desde 1839, e que era como “uma espécie de superintendente”, ou “inspector, das bibliotecas dos Paços Reais da Ajuda e Necessidades e do Real Gabinete de Física, anexo à Biblioteca da Ajuda”<sup>41</sup>, procederá a um trabalho de selecção trocando ou vendendo duplicados, com esse esforço adquirindo novas obras com as quais procurava completar as colecções das livrarias régias.

<sup>39</sup> Nota manuscrita, inserta na pasta D 288, (Apontamento extraído dumas notas bibliográficas de Rodrigo Vicente d’Almeida relativas ao Missal Bracharense, 1498)”. Arquivo Interno da BA.

<sup>40</sup> DGPC. Matrizpix. Disponível em:

<http://www.matrizpix.dgpc.pt/matrizpix/Fotografias/FotografiasConsultar.aspx?TIPOPEsq=4&NUMPAG=1&REGPAG=50&CRITERIO=&TERMOS=cancioneiro+da+ajuda&FOTOGRAFO=100&PROPRIETARIO=98&IDFOTO=28573>.

<sup>41</sup> SANTOS, Mariana A. Machado, *Alexandre Herculano e a Biblioteca da Ajuda*, Coimbra, 1965, pp.7-9. Herculano desempenhou funções de 1 de Agosto de 1839, a 13 de Setembro de 1877, atravessando, à frente da Biblioteca Real, o reinado de D. Maria II, a regência de D. Fernando II, e ainda os reinados de D. Pedro V e de D. Luís.

De entre estes conjuntos o que teria maior impacto na Biblioteca da Ajuda seria o dos Oratorianos das Necessidades, cuja incorporação data de 1857, já no reinado de D. Pedro V (1837-1861) e que contemplou cerca de vinte mil volumes<sup>42</sup>.

Todas estas circunstâncias se traduziriam no significativo ingresso de obras nas Bibliotecas Reais de entre as quais seria beneficiada a Real Biblioteca Particular da Ajuda.

No que respeita a salvaguarda do património bibliográfico e documental nacional, o trabalho de bibliotecários empenhados, ao longo dos tempos, permitiu que muitos tesouros ficassem ao abrigo de maior ruína e dispersão, na sequência das alterações e rupturas políticas que se sucederam ao longo do século XIX.



Carimbo, em madeira e cobre, existente nas colecções da BA, pertencente ao “Real Gabinete de Physica”, que se localizava em espaços anexos à Livraria Velha.

---

<sup>42</sup> SANTOS, Mariana A. Machado, 1965, p. 29.

## II.I. Doações e confiscos. As bibliotecas integradas na Real Biblioteca Particular em consequência do “banimento” dos seus proprietários.

Tal como enunciado na introdução, neste trabalho, porque menos estudado na história da BA, daremos especial ênfase ao período que corresponde à regência e governos de D. João VI e de D. Miguel (1828-1834), e aos confiscos das livrarias de personalidades acusadas de simpatias liberais, como forma de completar o acervo da Livraria régia e às eventuais reminiscências resultantes destas disposições, no actual acervo da BA.



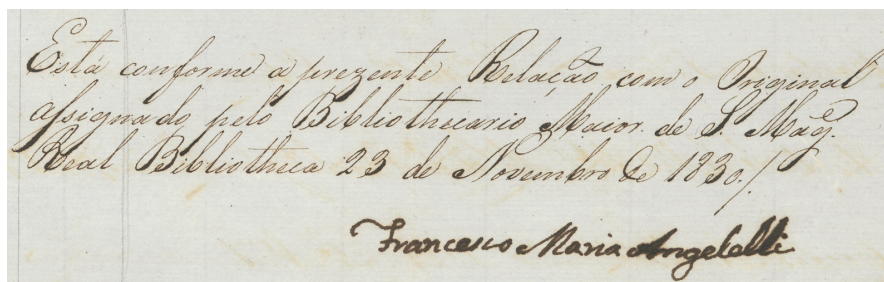
Retrato de D. Miguel<sup>43</sup>, litografia em obra impressa; retrato de D. João VI, óleo s. tela, que se encontra nas instalações dos ANTT.

**O Confiscos das Livrarias dos liberais exilados. Do Reinado de D. Miguel ao advento do Regime Constitucional.** Para a compreensão da história da BA durante o período que mediou entre o regresso do Rei D. João VI, em 1821, até à Convenção de Évora Monte e à vitória liberal de 1834, importa considerar alguma documentação não tratada do Arquivo Interno da instituição, relacionada com o confisco das Bibliotecas dos “*reos ausentes*”, “*banidos*”, isto é, dos liberais, acusados de traição, por oposição ao governo “*legitimista*” de D. Miguel que reinou entre 1828-1834, como forma de completar o acervo da livraria régia.

A presença, na secção dos manuscritos, de alguns catálogos, todos datados de entre os anos de 1829-1831, viria a revelar-se determinante para a compreensão do tema central deste estudo, isto é, as consequências dos confiscos das livrarias dos liberais emigrados nas colecções da BA.

---

<sup>43</sup> *Figuras Históricas de Portugal*, Livraria Lello & Irmão, lda, s/d, Fascículo IX, p. 175. BA. 131/132-H-30, p. 175.



Relação dos livros doados por Francisco Maria Angelelli a D. Miguel. Arquivo Interno BA

Uma primeira leitura daqueles códices apontava para a incorporação, na biblioteca régia, dos exemplares contemplados naqueles inventários, quer em resultado de doações, como seria o caso das livrarias da Princesa Maria Francisca Benedita (1774-1833)<sup>44</sup>, e da Imperatriz-Rainha D. Carlota Joaquina de Bourbon (1775-1830)<sup>45</sup>, com as quais D. Miguel fora beneficiado em testamento; bem como as de Francisco Maria Angelelli<sup>46</sup>, e de Joaquim de Sá Braga<sup>47</sup>, de igual modo doadas a D. Miguel, esta última integrada em 1830. Outras, pelos nomes envolvidos, verificamos poder relacioná-las com o confisco, determinado pelo governo miguelista, sobre o património de algumas das principais figuras emigradas do movimento liberal, de entre elas as livrarias de Cândido José Xavier, constituída por 389 livros<sup>48</sup>, do “Conde de S. Paio”, contemplando 784 livros e a do Conde de Vila-Flor, com 851 livros<sup>49</sup>. Algumas outras referências, mencionadas em documentação manuscrita avulsa, inserta na pasta relativa à gerência do padre José Manuel de Abreu Lima (1825-1834)<sup>50</sup>, “Bibliotecário-maior das Reais Bibliotecas”, durante o reinado de D. Miguel (1828-1834)<sup>51</sup>, integravam-se, de igual modo, neste perfil de penalização por oposição política.



Impresso, Impressão Régia, 1831. Arquivo Interno BA

<sup>44</sup> Catálogo manuscrito BA 51-XIII-3.

<sup>45</sup> Catálogo manuscrito BA 51-XIII-7.

<sup>46</sup> Catálogo manuscrito BA 51-XIII-6. Francisco Maria Angelelli fora cantor da capela real e Patriarcal e oferecera a S. Magestade a sua Biblioteca cujo catálogo fora feito em 1831, incluía 321 obras dos séculos XVI-XIX, nacionais e estrangeiras, predominantemente sobre língua portuguesa e língua e cultura greco-latina.

<sup>47</sup> Catálogo manuscrito BA 51-XIII-2. Manuel Joaquim de Sá Braga, cuja biblioteca fora oferecida a D. Miguel, em 1830, incluía 294 obras de entre as quais edições dos séculos XVI-XIX, nacionais e estrangeiras, com predominância de obras de caligrafia, arte da escrita e em língua inglesa.

<sup>48</sup> Catálogo manuscrito BA 51-XIII-1.

<sup>49</sup> Catálogo manuscrito BA 51-XIII-5.

<sup>50</sup> Pasta da Gerência do Padre José Manuel de Abreu Lima (1825-1834). Arquivo Interno da BA.

<sup>51</sup> SANTOS, Mariana A. Machado, 1965, p. 9. O Padre José Manuel de Abreu Lima seria demitido por miguelista, morrendo no ano de 1835, em casa dos Condes de Redondo, no exercício de funções eclesiásticas. SILVA, Inocêncio da, *Diccionario Bibliográfico Português*, Tomo V, 1860, refere que o P.e José Manuel de Abreu e Lima perdera o lugar “em consequência da notável afeição que mostrara ao sr. D. Miguel e ao seu governo”.

### As bibliotecas integradas na Real Biblioteca Particular em consequência do “banimento” dos seus proprietários.

A consulta do “Acordão da Alçada do Porto contra os Réos Ex Marquez de Palmella e outros em 1829”<sup>52</sup>, elucida-nos sobre a condenação a que foram sujeitos, naquele ano, os “réos ausentes”, de entre os quais se destacava o então “Marquez de Palmella”, que de acordo com a “Devassa e Appensos”, eram “impelidos pelo iniquo e implacável odio” que votavam ao senhor D. Miguel, o que os levava a que, vendo “talvez o próximo castigo de seus insidiosos procedimentos”, terem saído “precipitada ou clandestinamente destes Reinos, com diversos pretextos, mas com a premeditada malícia de inculcar às nações estrangeiras a existência de huma perseguição iminente”. Assim se descrevia, no mencionado Acórdão, o propósito daqueles opositores políticos, justificando as medidas que, de seguida, lhes seriam aplicadas.



BA 97-V-23 (28)

Eram então citados como “réos ausentes”, o “Marquez de Palmella D. Pedro de Sousa e Holstein”<sup>53</sup>, Conde de Sampayo Manoel Antonio de Sampayo Mello e Castro Torres e Luzignano<sup>54</sup>, Conde de Villa Flor Antonio José de Souza Manoel de Menezes Severim de Noronha<sup>55</sup>, Conde de Calhariz D. Alexandre Domingos de Souza e Holstein<sup>56</sup>, Conde da Taipa D. Gastão da Camara<sup>57</sup>, João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun<sup>58</sup> que foi Marechal de Campo graduado, Cândido José Xavier que foi Tenente Coronel do Exercito (...)”<sup>59</sup>, entre outras personalidades.

<sup>52</sup> BA 97-V-23 (28).

<sup>53</sup> D. Pedro de Sousa e Holstein, (1781-1850), 13º administrador do morgado do Calhariz, entre outros títulos, foi 1º Conde (11-04-1812), 1º Marquês de Palmela e feito Conde de Calhariz o seu primogénito (03-06-1825), 1º Duque de Palmela (04-04-1833). Diz F. Bonifácio que “não havia lugar para ele no Portugal de D. Miguel, que de resto já lhe confiscara os bens”, *Memórias do Duque de Palmela*, D. Quixote, 2011, pag.36.

<sup>54</sup> 2º Conde e 1º Marquês de Sampaio, (1762-1841). Tomou parte activa na primeira tentativa de conquista da Terceira, sendo julgado e condenado à morte, por sentença a 9 de Abril de 1829, a sua família vê os bens sequestrados. Viveu o tempo de exílio na Bélgica, sendo nomeado por Rei D. Pedro IV como mordomo-mor da jovem Rainha D. Maria II, cargo que exerceu até à morte.

<sup>55</sup> 7º Conde, 1º Marquês de Vila Flor e 1º Duque da Terceira, (1792-1860).

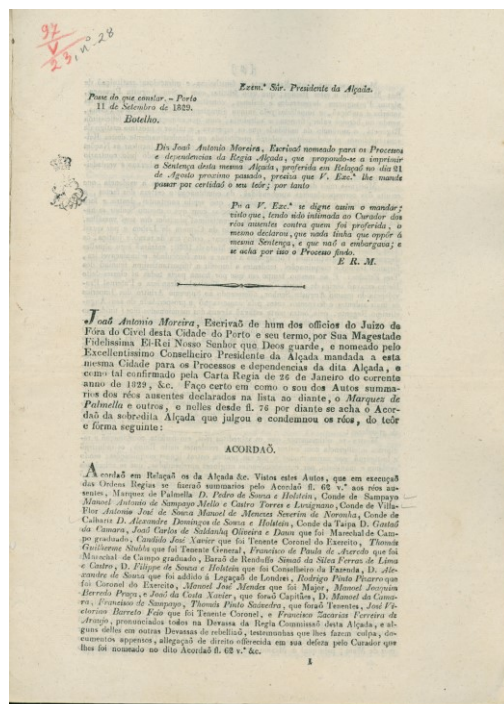
<sup>56</sup> 1º Conde de Calhariz, D. Alexandre de Sousa e Holstein, nasceu em Cadiz 1812, morrendo em Ponta Delgada em 1832. No Acórdão de 1829 por ser considerado menor era condenado ao “degredo perpetuo para os Estados da India, e na confiscação e perdimento da terça parte dos seus bens para o Fisco e Camara Real”, em Agosto de 1829. Ver BA 97-V-23 (28).

<sup>57</sup> D. Gastão da Câmara Coutinho Pereira de Sande (1794-1866), 1º Conde da Taipa, em 1823.

<sup>58</sup> Futuro 1º Duque de Saldanha, (1790-1876).

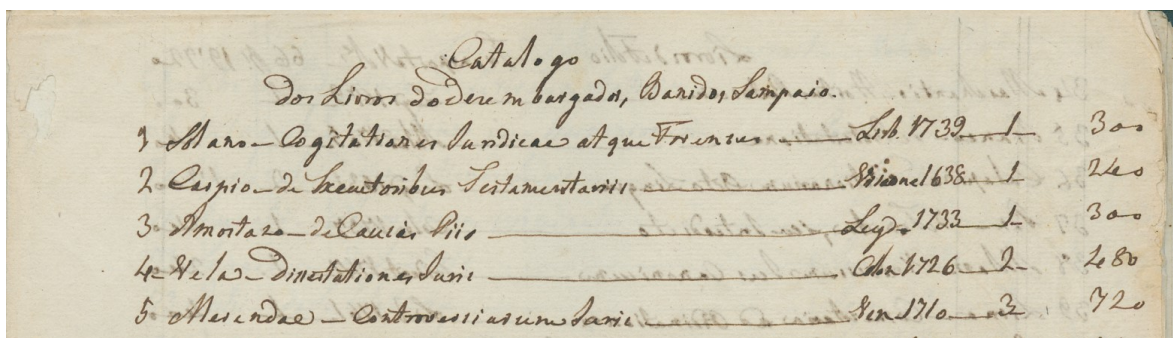
<sup>59</sup> Cândido José Xavier [Dias da Silva] 1769-1833.

Ausentes do Reino, “banidos” de suas prerrogativas, os sentenciados, acusados do “crime de Lesa Magestade”, de rebelião e dissidência, deixavam à mercê da Justiça os meios de os sujeitar a sanções. E o confisco de bens, de entre os quais as Livrarias particulares, foi uma das penas infligidas, tal como comprova a coincidência dos nomes dos condenados pela sentença de 11 de Setembro de 1829, com a dos proprietários de algumas Livrarias cujos catálogos atrás mencionamos. Resulta destes factos a plausível incorporação daquelas na Real Biblioteca Particular.



BA 97-V-23 (28)

O caso da Livraria do futuro Marquês de Sampaio é exemplar. Em uns folios, não datados, do Arquivo Interno da BA, a que já aludimos, relativos a uma lista de livros, o seu proprietário é identificado como “desembargador, Banido Sampaio”<sup>60</sup>. No catálogo, datado de 1831, da “Livraria do Conde de São-Paio”<sup>61</sup>, são inventariadas 784 obras dos séculos XVI-XIX, nacionais e estrangeiras, sobre temática variada.

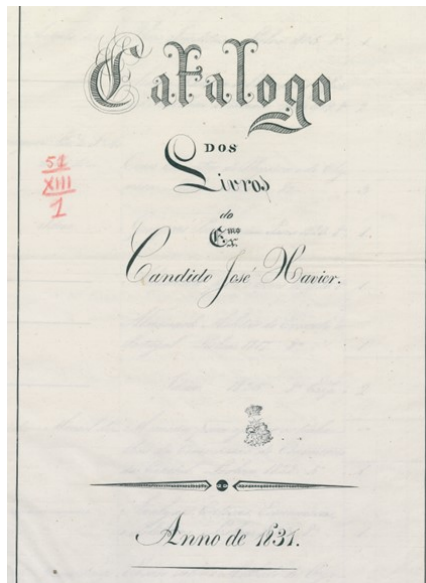


Arquivo Interno BA ms. pastas D 288 e D 291

<sup>60</sup> Arquivo Interno BA ms. pastas D 288 e D 291.

<sup>61</sup> BA 51-XIII-4.

Outro catálogo, existente na mesma secção de manuscritos da BA, refere-se à Livraria de Cândido José Xavier [Dias da Silva] 1769-1833<sup>62</sup>, destacado liberal, “Tenente Coronel do Exército”, conforme o Acórdão de 1829<sup>63</sup>, condenado à morte por traição, e que foi, posteriormente, secretário particular de D. Pedro IV. Datado de 1831, inclui 389 obras dos séculos XVII-XIX, nacionais e estrangeiras, predominantemente sobre engenharia e assuntos militares. Na contracapa, a lápis, podemos ler “vide catalogo de 1829 desta Livraria organizado em 1829 por ocasião do confisco (secretaria)”<sup>64</sup>.



*Catálogo dos Livros do Ex.mo Candido José Xavier, 1831*

Ainda relacionado com esta temática, dos confiscos das livrarias dos exilados liberais, encontramos, em pasta do Arquivo interno, a referência à Livraria do Conde de Linhares, em 1832, sendo o auto de entrega redigido nos seguintes termos - “O Solicitador do Real Fisco dos Auzentes do Reyno faz entrega na Real Bibliotheca de Nossa Senhora da Ajuda ao Bibliothecario Mor o Ill.mo Padre Joze Manoel de Abreu e Lima de sessenta e dois caixotes de livros constantes do Cathalogo que os acompanha pertencentes a Livraria do **Ex.mo Auzente Conde de Linhares**<sup>65</sup> em que se manda remeter para a ditta Bibliotheca, e polla autorização que o mesmo teve por Acordão da Rellação de q. cobrara recibo da ditta entrega para se juntar aos Autos Respectivos. Lx.ª 14 de Fevereiro de 1832. O Soll.or Ant. M.el Cae.to Cª e S.ª”<sup>66</sup>.

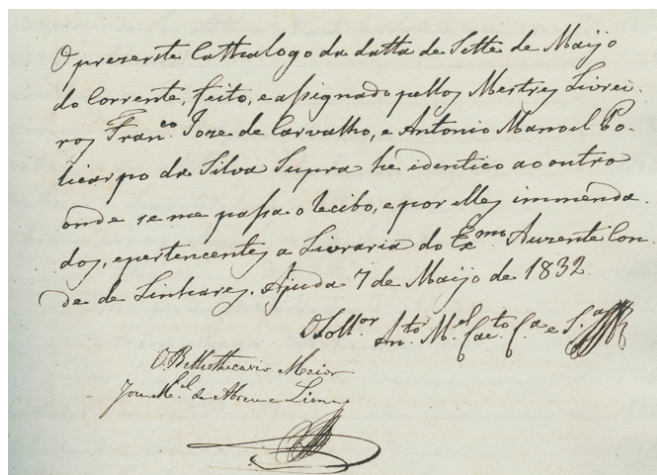
<sup>62</sup> BA 51-XIII-1.

<sup>63</sup> BA 97-V-23 (28).

<sup>64</sup> Documentação do Arquivo Interno BA.

<sup>65</sup> D. Vitório Maria Francisco de Sousa Coutinho (1790-1857), 2º Conde de Linhares. Era cunhado do Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa e Holstein.

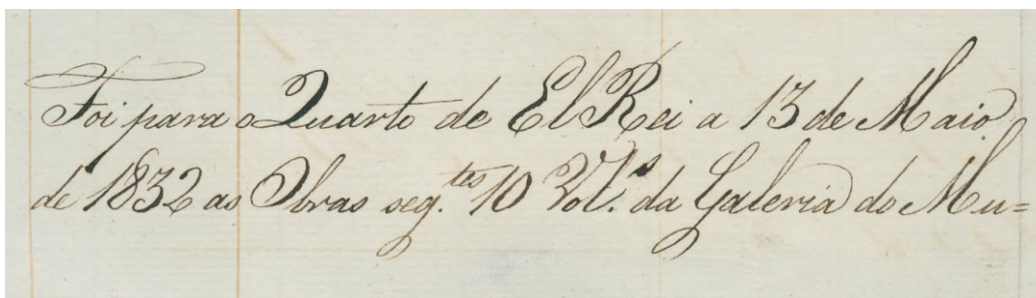
<sup>66</sup> In *Pasta da Gerência de José Manuel de Abreu Lima (1825-1834)*. Doc.s avulsos sem catalogação. Cofre BA.



Arquivo Interno BA

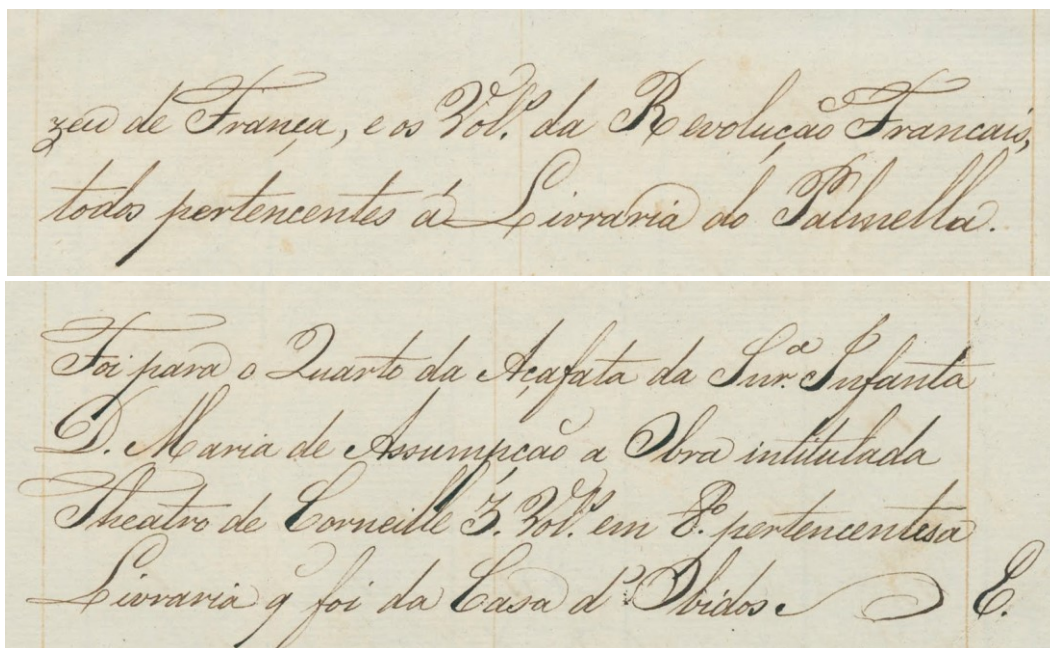
Segue relação completa - “Relação dos Livros da Livraria do Ex.<sup>mo</sup> Ausente Conde de Linhares entregues na Real Bibliotheca de Sua Magestade”<sup>67</sup>.

Em um outro *folio* do Arquivo Interno da BA, igualmente manuscrito, são mencionadas as obras que teriam ido “para o Quarto de El Rei a 13 de Maio de 1832” e que seriam as seguintes “10 Vol.s da Galeria do Museu de França, e os Vol.s da Revolução Français, todos pertencentes á Livraria do Palmella” (sic). Refere o mesmo *folio* ter ido, na mesma ocasião, para o “Quarto da Açafta da Snr.<sup>a</sup> Infanta D. Maria de Assumpção a Obra intitulada Theatro de Corneille 3 Vol.s em 8º pertencentes a Livraria que foi da Casa d’Óbidos”<sup>68</sup>. Informação que nos testemunha a presença de livros das livrarias confiscadas nos aposentos régios, bem como o interesse pela leitura por parte do Rei, nesta ocasião D. Miguel, pela História de França e dos seus Museus, e da “entourage” da Infanta, pelo teatro. Relativamente a esta última referência, surge à frente, em letra maiúscula, um E que nos faz supor que esta seria uma indicação topográfica uma vez que à organização temática da Biblioteca correspondiam letras. Subsistem na BA placas com Letras do alfabeto que identificavam as salas na Biblioteca Velha.



<sup>67</sup> BA Arquivo interno ms. pasta D 288 e 291.

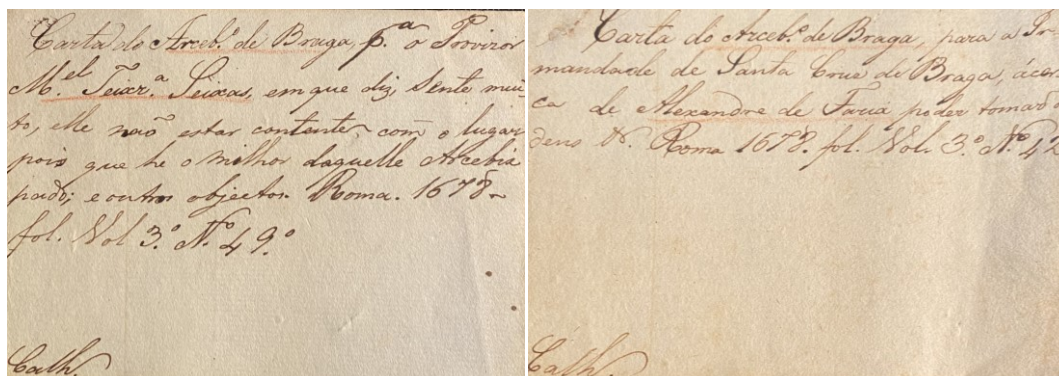
<sup>68</sup> BA Arquivo interno ms. pasta D 288.



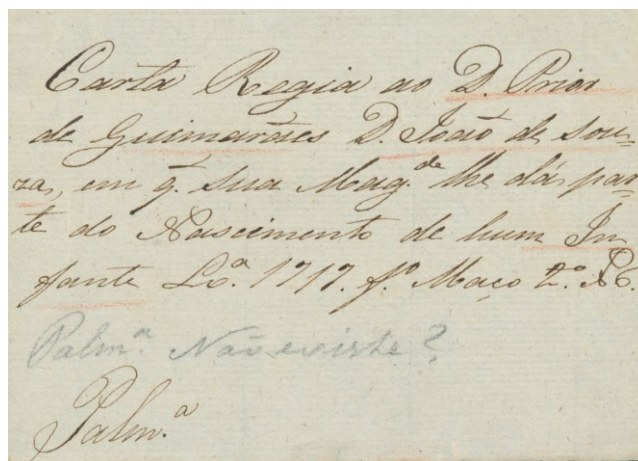
Manuscrito alusivo aos livros que foram para o “Quarto de El Rei”. Arquivo Interno BA

Tal como escrevemos anteriormente, para a confirmação da tese de que alguns dos livros pertencentes às livrarias confiscadas teriam permanecido, em parte, na Biblioteca Particular e que actualmente se encontram na BA, seria necessário encontrar marcas de posse, ou outros testemunhos relacionáveis com os anteriores proprietários. Trabalho árduo, pois nem sempre os proprietários deixam marcas próprias nos seus livros. Contudo, apesar dessa contingência, foi possível estabelecer conexões entre fontes dispersas que vieram a revelar-se significativas.

**Instrumentos de pesquisa. Verbetes manuscritos.** Alguns verbetes manuscritos oitocentistas, igualmente localizados no Arquivo Interno, vieram a revelar-se uma fonte importante para o nosso estudo por indicarem a proveniência das obras, nem sempre presente em outros instrumentos de pesquisa. São documentos escassos, eventualmente elaborados com objectivo de organização do catálogo da Biblioteca, aquando da gestão de Alexandre Herculano e de que apenas sobreviveu parte, sendo, em alguns, possível observar, quanto à origem dos mesmos, títulos e apelidos relacionáveis com aquelas figuras de proa do movimento liberal, cujas livrarias foram então arroladas.



Verbetes antigos ms. Arquivo Interno BA



Verbetes manuscrito oitocentista. Arquivo Interno BA

Surgem, porém, neste conjunto, referências a personalidades igualmente acusadas de simpatias com os franceses durante a ocupação das tropas napoleónicas (1807-1811), como fora o caso de D. Lourenço de Lima, da Casa dos Marqueses de Ponte de Lima, o que significa que esta prática de confisco de livrarias tivera antecedentes, verificáveis na composição da actual Biblioteca da Ajuda, como mais à frente verificaremos.

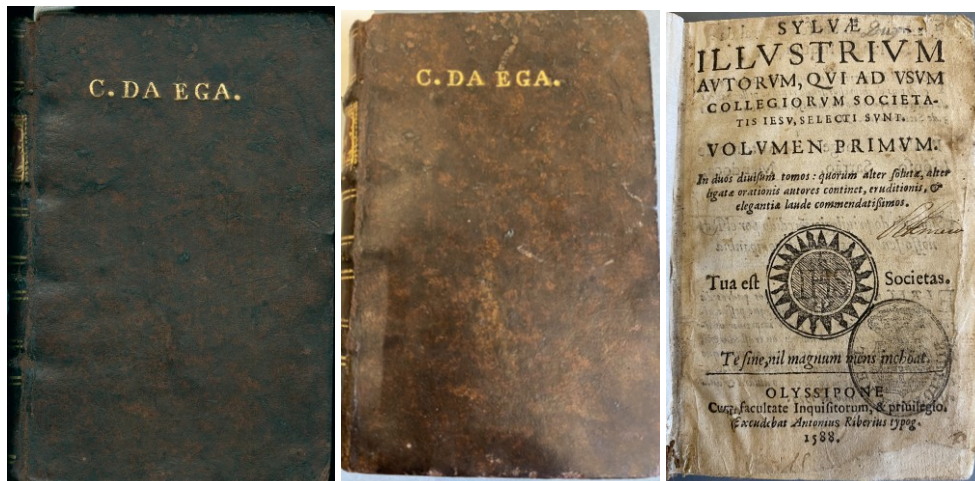
#### **«Banidos» os proprietários mas não os livros**

A consulta dos catálogos já referidos, datados entre os anos 1829 e 1831, fizera-nos duvidar que durante o reinado de D. Maria II (1819-1853), se tivesse procedido à devolução, das livrarias sequestradas a figuras destacadas do liberalismo ou que aquela disposição tivesse sido cumprida na totalidade, pois, no confronto daqueles inventários, nos que respeitam às livrarias dos “banidos”, com o acervo da BA, foi possível localizar alguns exemplares neles mencionados. O mesmo sucedendo com os citados nos verbetes manuscritos. Para adensar as dúvidas juntávamos a localização de exemplares que apresentam super-libros, ou ex-libris, de algumas das personalidades perseguidas por simpatias liberais, ou mesmo condenadas por colaboração com o governo “intruso”, durante a ocupação do Reino, por parte das tropas napoleónicas, como fora o caso do 2º Conde da Ega, Aires Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha (1755-1827), julgado por traição à pátria em 1811, quando já se encontrava em França, e cujos bens e títulos tinham sido, de igual modo, confiscados<sup>69</sup>. No seu regresso, em 1823, perdoado das suas faltas, não reaveria, porém, alguns dos seus livros, como comprova a localização na BA dos seguintes exemplares: *Sylve Illustrium Autorum, qui ad usum collegiorum societatis Iesu (...)*, de 1588, cimélio<sup>70</sup>; *Compendio da Regra e Diffinicois dos Cavalleiros da ordem de nosso Senhor IESU Christo (...)*, 1607, na

<sup>69</sup> Aires José Maria de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha (1755-1827), 2º Conde da Ega. Ver: <https://geneall.net/pt/nome/5253/aires-jose-maria-de-saldanha-de-albuquerque-coutinho-matos-e-noronha-2o-conde-de-ega/>. Consulta em 16.10.2023.

<sup>70</sup> *Sylve Illustrium Autorum, qui ad usum collegiorum societatis Iesu (...)*, 1588. BA CP-VI-44. Este livro para além do superlibros “C. da Ega” apresenta na folha de rosto exlibris de RA Almeida, de Rodrigo de Almeida, antigo bibliotecário da Biblioteca Real, o que nos permite pensar que lhe teria pertencido. Teria aquele funcionário adquirido o exemplar?

folha de rosto ms. “único”<sup>71</sup>; *Corona della Nobiltà d'Italia o vero Compendio dell'Istorie delle Famiglie Illustri (...)*, Bolonha, 1639, na folha de rosto, de igual modo, manuscrito “único”<sup>72</sup>, todos com o super-libros “C. da Ega” gravado com ferros a ouro na capa, na pasta anterior, sobre encadernação a pele castanha. Estes dois últimos títulos referem-se a obras raras, pelo que eventualmente, por essa particularidade, tivessem permanecido na Biblioteca régia.



*Compendio da regra e diffinicois dos cavalleiros da ordem de nosso Senhor IESU Christo (...)*, [1607]. BA 83-III-4; *Sylve Illustrium Autorum, qui ad usum collegiorum societatis Iesu (...)*, 1588. BA CP-VI-44.

Este exemplar apresenta na folha de rosto o ex-libris de *RA Almeida*, de Rodrigo de Almeida, antigo bibliotecário da Biblioteca Real, o que nos permite pensar que lhe possa ter pertencido e, eventualmente, levar-nos a considerar terem todos os exemplares existentes na BA com o super-libros do Conde da Ega, sido adquiridos e doados à Biblioteca por aquele funcionário. No entanto, de todos os livros localizados com aquela marca de posse, gravada a ouro, na pasta anterior da capa, este é o único que apresenta o ex-libris do bibliotecário. Ora se tivessem sido dele, por eventual compra, todas as obras relacionadas com o Conde da Ega, seria razoável que em todas figurasse a marca do bibliotecário, o que não sucede.

O processo contra D. Lourenço de Lima (1767-1839), filho do 1º Marquês de Ponte de Lima<sup>73</sup>, é semelhante ao do Conde da Ega. Embaixador de Portugal nas cortes de Turim, Viena, Londres e, finalmente, Paris, acusado e condenado por simpatias para com o governo francês, viria posteriormente a ser perdoado, depois de justificada a conduta e manifestada a fidelidade ao Regente, conforme se pode ler no Acórdão de 30 de dezembro de 1811 – “Sentença proferida absolvendo os Réos Marquez de Valença, de Ponte de Lima e o Coronel José de Vasconcellos e Sá”<sup>74</sup>.

<sup>71</sup> *Compendio da Regra e Diffinicois dos Cavalleiros da ordem de nosso Senhor IESU Christo (...)*, 1607. BA 83-III-4, na folha de rosto ms. “único”.

<sup>72</sup> *Corona della Nobiltà d'Italia o vero Compendio dell'Istorie delle Famiglie Illustri (...)*, Bolonha, 1639. BA 97-V-16, na folha de rosto ms. “único”.

<sup>73</sup> Tomás Xavier de Lima Nogueira Teles da Silva (1727-1800), 1º Marquês de Ponte de Lima.

<sup>74</sup> BA 97-V-23 (12).



Rótulo no exemplar relativo à “Sentença proferida absolvendo os Réos, Marquez de Valença, de Ponte de Lima (...)”. BA 97-V-23

Foi possível, no entanto, localizar na BA exemplares que apresentam marca de posse do referido embaixador. Tratam-se do romance de cavalaria, em verso, de Bernardo Tasso (1493-1569), *L’Amadigi di M. Bernardo*, em 4 volumes, impresso em Bergamo em 1715<sup>75</sup>; as comédias do napolitano Giovanbattista de la Porta (1535-1615), *La Trappolaria* e *L’Olimpia*<sup>76</sup>, ambas com encadernação de pele castanha, título e lombada com motivos decorativos com ferros a ouro; e a obra *Pastorali Diversi* que reúne na mesma encadernação, a pele verde-esmeralda, com título na lombada com ferros a ouro, nove tragicomédias e tragédias cujos títulos constam de ante folha de rosto manuscrita<sup>77</sup>; a obra em cinco volumes *Istoria delle Guerre Civili di Francia*, Arrigo Caterino da Vila, impressa em Veneza, em 1745<sup>78</sup>; *Historia particolare delle cose passate tra’l Sommo Pontefice Paolo V e la Serenissima Republica di Venetia (...)*, 1574 (?)<sup>79</sup>; *Trattato tra L’Imperatore, il Re di Francia, et il Re della Gran Brittaina, per la Pacificazione dell’Europa, conchiuso in Londra alli 2 di Agosto 1718*, Viena, 1720<sup>80</sup>; *Vita di Michelagnolo Buonarroti pittore scultore architetto e gentluomo Fiorentino (...)*, Florença, 1746<sup>81</sup>. Todos os exemplares contêm no verso da capa (pasta anterior), na folha de guarda, rótulo com ex-libris “Dom Lourenço de Lima”. Eram obras que se coadunavam quer com o cargo de D. Lourenço de Lima, como embaixador em diversas cortes europeias, para o qual necessitaria de conhecimentos de História e diplomacia, quer com perfil mundano e de perfeito cortesão<sup>82</sup>, como foi reconhecido no seu tempo. Foi, aliás, através da acção do então embaixador do Reino de

<sup>75</sup> TASSO, Bernardo (1493-1569), *L’Amadigi di M. Bernardo*, em 4 volumes, Bergamo, 1715. BA 72-I-11 a 14.

<sup>76</sup> PORTA, Giovanbattista de la, *La Trappolaria*, s/d. BA 62-I-5; *L’Olimpia*, s/d. BA 62-I-6.

<sup>77</sup> *Pastorali Diversi*, com datas de 1600 e anteriores. BA 62-I-7.

<sup>78</sup> VILA, Arrigo Caterino da, *Istoria delle Guerre Civili di Francia*, Veneza, 1745. BA 18-III-3 a 7.

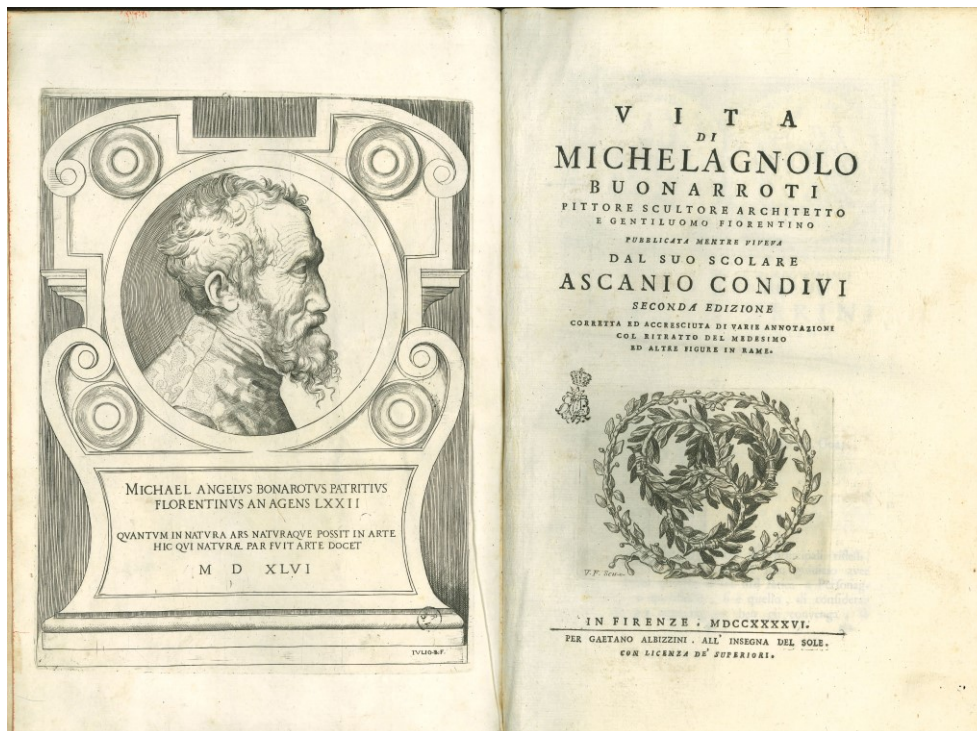
<sup>79</sup> BA 17-VII-16.

<sup>80</sup> BA 95-VII-35.

<sup>81</sup> BA 22-XI-31.

<sup>82</sup> O Príncipe de Ligne, Charles-Joseph Lamoral de Ligne (1735-1814) refere nas suas *Mémoires* o papel desempenhado pelo então Embaixador em Viena na aquisição da sua colecção de pintura, por parte do Regente D. João, referindo que o bom sucesso da operação era devido a “l’obligance du meilleur des hommes, son ministre Lima”. LIGNE, Prince de, *Fragments de l’histoire de ma vie*, Paris, Librairie Plon, Paris, 1927, t. I, pág.166. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9736749v>.

Portugal na corte de Viena que o Regente D. João adquiriria a colecção de pintura do Príncipe Charles-Joseph Lamoral de Ligne (1735-1814), mais tarde transportada com a corte para o Brasil<sup>83</sup>, pelo que não é de estranhar que na sua livraria existissem livros sobre arte.



*Vita di Michelagnolo Buonarroti pittore scultore architetto e gentluomo Fiorentino (...), Florença, 1746. BA 22-XI-31*



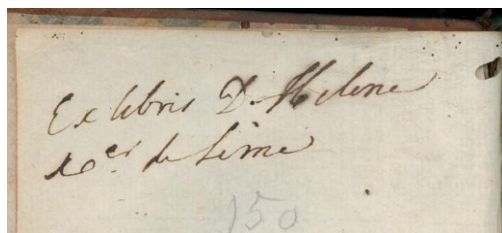
*Aureo Regno di Ferdinando IV Rara temporum felicitate (...), 1780. BA 154-VI-6 (36).*

<sup>83</sup> BARROS, Mafalda de Magalhães, *A aquisição da colecção de pintura de Charles-Joseph, Príncipe de Ligne (1735- 1814), pelo Príncipe Regente D. João (1767-1826). O seu impacto nas colecções do Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro*, Repositório Institucional Camões, Universidade Autónoma de Lisboa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/5113>.

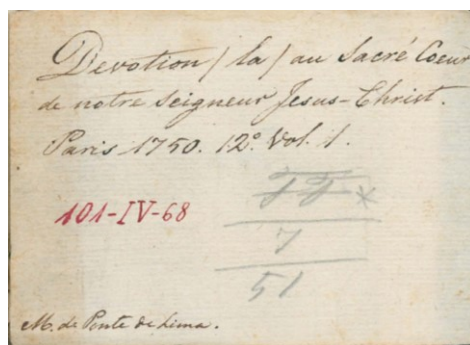
O conjunto de obras relacionadas com D. Lourenço de Lima apresenta rótulo impresso com o seu nome, colado no verso da capa, pasta anterior. Não excluimos a eventualidade de os mesmos poderem ter sido colocados pelos bibliotecários da Biblioteca da Ajuda aquando da reorganização dos espólios entrados, dada a semelhança com os rótulos colocados nos exemplares da Livraria dos Oratorianos das Necessidades. Não deixam, porém, de ser uma relevante fonte de informação quanto a anterior titularidade dos mesmos.

As encadernações cuidadas revelam o gosto apurado e, eventualmente, algum desejo de ostentação compatível com o que F.P. Izquierdo define como a “conquista das letras”, que se traduziu na “atracción que una parte de la alta nobleza comenzó a sentir por los libros”, que o autor considera como “uno de los fenómenos más significativos de la cultura nobiliaria europea de los siglos modernos”<sup>84</sup>. Isto é, os livros representavam uma fonte para a aquisição de conhecimentos compatíveis com os cargos e desempenhos que uma elite nobiliárquica passa a ocupar nas cortes, e as livrarias o lugar de representação simbólica da cultura enquanto factor de distinção social.

Ainda relacionado com a Casa dos Marqueses de Ponte de Lima, e eventualmente com o confisco da livraria de D. Lourenço de Lima, localizamos na BA a obra de devoção *La Devotion au Sacre Coeur de Notre-Seigneur Jesus-Christ (...)*<sup>85</sup>, com ex-libris manuscrito na ante-folha de rosto “Ex libris D. Helena X.ª de Lima” e verbete indicando a proveniência “M. de Ponte de Lima”<sup>86</sup>.



Ex-libris na ante-folha de rosto da obra *La Devotion au Sacre Coeur de Notre Seigneur Jesus-Christ*, Paris, 1750. BA 101-IV-58.



Verbetes antigos com indicação de proveniência do exemplar. Arquivo Interno BA

<sup>84</sup> IZQUIERDO, Francisco Precioso, “Los Libros de una Aristócrata en la España del siglo XVIII: el “Índice” de Mariana de Silva y Álvarez de Toledo (1778)”, *MAGALLÁNICA, Revista de Historia Moderna* Vol.5, nº 9, 2018. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/obra/los-libros-de-una-aristocrata-en-la-espana-del-siglo-xviii-el-indice-de-mariana-de-silva-y-alvarez-de-toledo-1778-1130267/>.

<sup>85</sup> *La Devotion au Sacre Coeur de Notre-Seigneur Jesus-Christ (...)*, Paris, 1750. BA 101-IV-68.

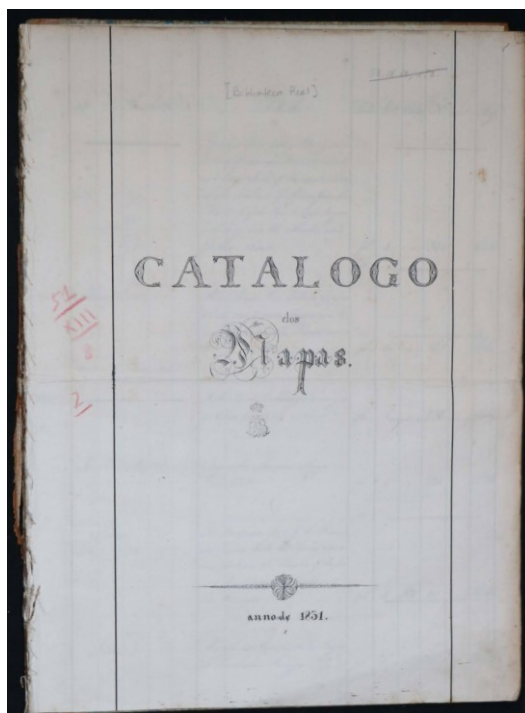
<sup>86</sup> D. Helena Maria Josefa Xavier de Lima (1756-1813) era irmã de D. Lourenço de Lima e casada com o 4º Conde de Óbidos, José Maria Assis de Mascarenhas (1745-1806).

Estes são dois casos evidentes, por apresentarem marcas de posse de seus anteriores proprietários, que nos permitem estabelecer uma relação com confiscos anteriores aos do Acórdão de 1829, e cuja devolução não teria sido efectuada, pelo menos na totalidade, o que aliás vai ao encontro do que escreve Mariana Machado Santos quanto a existirem listas de livros que faltavam nos fundos depositados, aquando da devolução<sup>87</sup>.

No decurso da nossa investigação outros casos vieram a revelar-se, cuja presença “discreta” na Biblioteca da Ajuda, escondia as suas proveniências e o modo de incorporação no acervo, todavia relacionáveis com a temática dos confiscos.

## II.II. Os livros e a cartografia. O Códice BA 51-XIII-8

De entre o conjunto de catálogos manuscritos existentes na estante 51, chamou-nos a atenção o códice BA 51-XIII-8, que contempla informação que nos permitiu clarificar um pouco mais os meios utilizados para o enriquecimento das colecções da Real Biblioteca Particular no período que agora abordamos.



Códice *Catálogo dos Mapas*<sup>88</sup>.

No **Códice BA 51-XIII-8**, na folha de rosto pode-se ler “Manuscritos” em letra gótica, e na contracapa, a lápis, “Biblioteca Real?”, na sua segunda parte, intitulada “Catalogo dos Mapas // anno de 1831” verificou-se que, para além da descrição sumária, feita em colunas verticais,

<sup>87</sup> SANTOS, Mariana A. Machado, 1965, p. 7.

<sup>88</sup> BA 51-XIII-8 (2).

nas quais se identificam o autor, o título, ano, e formato, das obras, são incluídas, ainda, designações topográficas tais como: “Caixa”, “Nºs”, “Estante”, e por fim, a informação quanto à “Origem”. Esta última, pouco frequente neste tipo de catálogos, constitui um auxiliar precioso para o estudo das incorporações que definiriam o perfil da Biblioteca Real ao longo do século XIX. Nela verificamos a alusão a personalidades, algumas das quais objecto do Acórdão de setembro de 1829, já mencionadas, isto é, os identificados como “banidos”.

| Author                         | Title                                                           | Form.  | Nº. Vols. | Nº. Fols. | Orig. |
|--------------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------|-----------|-----------|-------|
| Alves, João?                   | Chronologie und Geschichte der Portug. Colonien in Ost. Indien. |        |           |           |       |
|                                | Lisboa. 1772. 12-11-28                                          | fol. 1 | 1         | 361       | L.R.  |
| Davis, et Guerin de St. Pierre | Atlas Topographique et Commercial de l'Empire de Russie. N.º 1. |        |           |           |       |
|                                | 1775. 48-11-28                                                  | fol. 2 | 1         | 101       | Rus.  |
| Salmon                         | Atlas. 1771. 16-11-28                                           | fol. 2 | 1         | 101       | L.R.  |
| Morgan, J. P.                  | Atlas pour servir au Tableau de l'Empire de Russie. N.º 1.      |        |           |           |       |
|                                | 1775. 12-11-28                                                  | fol. 1 | 1         | 361       | Rus.  |
| Salmon                         | Atlas. (1)                                                      |        |           |           |       |
|                                | 1775. 12-11-28                                                  | fol. 1 | 1         | 361       | L.R.  |
| Bruckner, J. P.                | Carte von der Ostsee. - 1775.                                   |        |           |           |       |
|                                | 1775. 12-11-28                                                  | fol. 1 | 1         | 97        | Rus.  |
|                                | Carta / Mapa de D. João, e D. Maria. - 1775.                    |        |           |           |       |
|                                | 1775. 12-11-28                                                  | fol. 1 | 1         | 17        | L.R.  |
|                                | Carta Chronologica de D. João, e D. Maria. - 1775.              |        |           |           |       |
|                                | 1775. 12-11-28                                                  | fol. 1 | 1         | 361       | L.R.  |

Catálogo dos Mapas, 1831, Folio. BA 51-XIII-8 (2)

| Author | Title | Form. | Nº. Vols. | Nº. Fols. | Orig. |
|--------|-------|-------|-----------|-----------|-------|
|--------|-------|-------|-----------|-----------|-------|

Na segunda parte do mencionado Códice, *Catálogo dos Mapas*, essencialmente dedicada à componente Cartográfica, são observáveis duas ordens de referências quanto ao que, consideramos, tenham sido incorporações no acervo da instituição:

- 1- As relacionadas com as Livrarias doadas, para as quais apontam as designações “Rocha”, relativa à biblioteca de José Monteiro da Rocha<sup>89</sup>, com cinco entradas; “I. Rai.”, Imperatriz Rainha D. Carlota Joaquina de Bourbon, com dez entradas; “Princ.”, relativa a obras da Princesa D. Maria Francisca Benedita, com dez; “Coroa”, com sete;

<sup>89</sup> José Monteiro da Rocha (1734-1819), lente da Universidade de Coimbra, membro da Academia Real das Ciências, foi mestre do Príncipe D. Pedro e dos Infantes. A sua biblioteca, legada ao Príncipe D. Pedro, seria incorporada na BA em 1822. Ver BA, Doc. Av. 52-XIV-35 (42).

“B.P.”, Biblioteca Pública, com uma; “T.R.”, Tipografia Régia, com três, estas últimas, eventualmente, relacionadas com as disposições do depósito legal, na parte que respeitava a obrigação da entrega, na Real Biblioteca Particular, de “Mappas, Cartas, e Estampas, gravadas neste Reino”, por parte de seus autores, ou editores; as inventariadas como de “R.R.”, de Ricardo Raimundo Nogueira<sup>90</sup>, que fora Reitor do Colégio dos Nobres, com trinta e uma, por doação do próprio da sua livraria à Biblioteca do Rei;

- 2- E as relacionadas com as seguintes identificações: “Calh.”, com dezassete entradas; “C.J.X.er”, com três; “V.<sup>a</sup> Flor”, com apenas uma; e “Palm.<sup>a</sup>”, com cento e dezanove entradas de catálogo, estas constituindo o núcleo com maior número de exemplares, referências que apontam para a incorporação da componente cartográfica das livrarias dos exilados políticos, às quais as abreviaturas aludiam, isto é, Calhariz, Cândido José Xavier, Vila Flôr<sup>91</sup> e Palmela<sup>92</sup>.

Estas últimas referências reportam-se, assim, à componente Cartográfica, de diversas livrarias, umas doadas outras sequestradas, e que teria sido integrada em núcleo temático da Real Biblioteca Particular, com uma numeração própria como pudemos constatar na própria BA, deslindando assim o significado daquela específica forma de marcação.

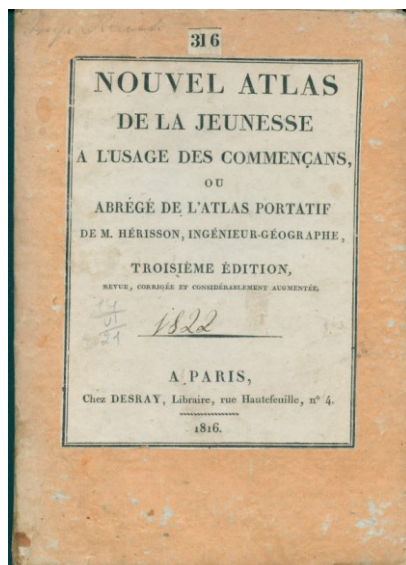
Aliás, terá sido a existência de caracteres árabes, aposta nas capas ou encadernações de alguns exemplares da BA, relacionados com a Geografia e a Cartografia, que nos despertara para a possível existência, na antiga Livraria Régia, anexa ao Paço Velho, de um núcleo específico, dedicado à Geografia e Cartografia, no qual se inseririam as obras que o manuscrito refere. Isto é, a numeração relativa a cada obra, colocada nas encadernações, corresponde à inserta no *Catálogo dos Mapas*.

---

<sup>90</sup> Ricardo Raimundo Nogueira (1746-1827). Docente na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nomeado bibliotecário da Livraria da Universidade por carta régia de 1798, desempenhou aquele cargo até 1802, data da sua nomeação como Reitor do Real Colégio dos Nobres. Entre outros cargos desempenhou o de Censor Régio, Conselheiro de Estado (1810), e membro do Governo (1810) e da Regência do Reino (1810-1820). Ver Universidade de Coimbra: <https://www.uc.pt/bguc/DocumentosDiversos/RicRaimundoNogueira>. Consulta em 16.10.23.

<sup>91</sup> O então conde de Vila Flor, António José de Sousa Manoel de Meneses Severim de Noronha (1793-1860), futuro duque da Terceira, ocupara, com o então marquês de Palmela, a Regência, em nome dos interesses e da “causa de D. Maria II”, na ilha da Terceira, em 1830, que sairia vencedora a partir de 1834.

<sup>92</sup> Para designar D. Pedro de Sousa e Holstein (1781-1850), feito conde em 11.04.1812, elevado a marquês em 3.06.1825 e a duque em 04.1833, ainda antes da vitória liberal. *Apud*. Bonifácio, Maria de Fátima, (transcrição, prefácio e edição), *Memórias do Duque de Palmela*, Publicações D. Quixote, 2011, pág. 30.



Hérisson, M., *Nouvel Atlas de la Jeunesse à l'usage des commençans*, (...), Paris, 1816 BA 14-VI-21. Exemplar apresenta na capa, pasta anterior, diversas referências manuscritas “Imp. Rainha”, e numeração árabe “316”, a mesma que surge no Catálogo dos Mapas, numeração sequencial relacionável com a componente cartográfica da Real Biblioteca Particular

Tendo em vista esclarecer a questão, sobre a devolução, ou não, das obras que integravam as livrarias dos “banidos”, e no caso afirmativo se teriam sido integralmente devolvidas, após a implantação do regime Constitucional, procurámos localizar na BA algumas das referências contidas no mencionado *Catálogo dos Mapas* (BA 51-XIII-8 (2), por serem aí relativamente completas as descrições bibliográficas.

### II.III. Um caso de estudo. Os Sousa do Calhariz-Palmela

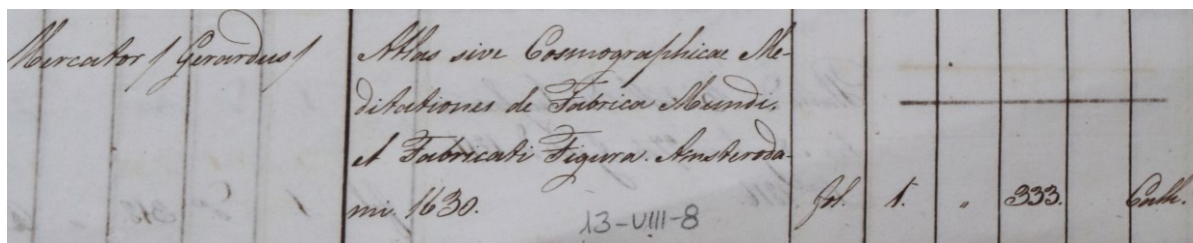
Face à dificuldade em fazer um levantamento exaustivo de todas as obras mencionadas nos diversos inventários, com o objectivo de verificar a eventual presença dos mesmos na BA (o que significaria a sua não devolução) concentrámo-nos no estudo da documentação relativa à Casa dos **Sousa do Calhariz-Palmela** que era a que, naquele códice, contemplava um número maior de exemplares.

Observámos então duas designações para o que seria a mesma família, facto que poderia induzir-nos a considerar a existência de dois proprietários distintos, para as quais aquelas apontariam, isto é, “Calh.” e “Palm.ª”. Ora, pelo facto de o primeiro e único Conde de Calhariz, D. Alexandre Domingos de Souza e Holstein (1812-1832), filho primogénito de D. Pedro de Sousa Holstein, ter morrido com 20 anos em Ponta Delgada, no ano de 1832, no decurso das manobras das forças liberais, contra o regime absolutista, não tendo ainda casa própria, somos levados a aceitar que aquelas indicações deveriam reportar-se a proveniências geográficas diferenciadas de casas daquela família, então exilada.

Escreve Pedro Urbano, “Uma das características desta família é a sua grande mobilidade, decorrente”, não só, “das missões diplomáticas do primeiro Duque” mas também “dos exílios políticos a que se viu obrigado”<sup>93</sup>. Mesmo nos períodos em que permaneceu em Portugal, foram várias as moradas em Lisboa, “Entre 1821 e 1824, o Duque e a sua família habitaram na freguesia de S. Bartolomeu, sempre em moradas diferentes: Rua de D. Vasco, em 1821; Sítio da Boa Hora em 1823 e Pátio do Calhariz, em 1824, locais inclusive muito próximos entre si”<sup>94</sup>, às quais se deviam acrescentar as permanências na Casa do Calhariz, em Sesimbra.

Considerando o atrás exposto, assumimos que “Palm.<sup>a</sup>” deverá reportar-se à residência do então marquês (em 3/6/1825), em Lisboa, e “Calh.” à Quinta do Calhariz, em Sesimbra, sede do morgado daquele ramo dos Souza, do qual D. Pedro de Sousa e Holstein, era o 13º administrador que, “desde a origem, com o morgado de Monfalim, constituíram elementos essenciais da identidade da casa”<sup>95</sup>. Na administração daquela casa incluíam-se importantes figuras de entre as quais D. Luís de Sousa (1637-1690), de perfil humanista, que nomeado como Embaixador à Cúria Romana por D. Pedro II (1648-1706), fora posteriormente Bispo de Lamego e Arcebispo de Braga, destacando-se por uma acção mecenática e de colecionismo cultural, de excelência, e do qual a BA guarda muita documentação manuscrita.

No códice que agora abordamos, desde logo nos chamou a atenção a alusão ao *Atlas sive Meditationes de Fabrica Mundi et Fabricati Figura*, de Gerardus Mercator, exemplar impresso em Amesterdam, datado de 1630, com a indicação de origem “Calh.”, ao qual fora atribuído o nº 333.



BA 51-XIII-8 (2). Pormenor

Feita uma pesquisa no acervo da BA verificou-se a existência de dois exemplares do referido Atlas, com idêntica descrição catalográfica:

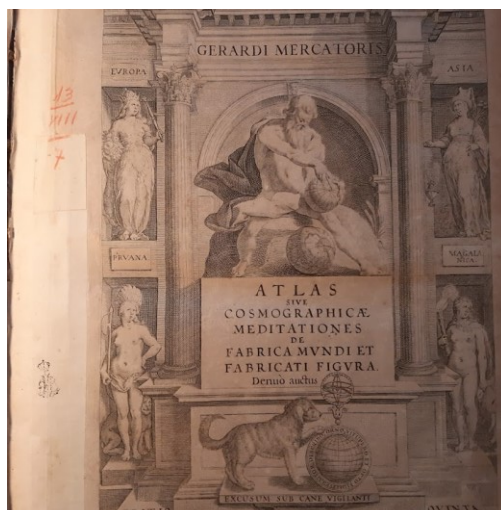
- *Atlas sive Cosmographicae meditationes de fabrica mundi et fabricati figura* (...). Gerardi Mercatoris. Editio quinta. Amsterodami (...), Gerardi Mercatoris; [Jodocus Hondius, Jr.], datado de 1623, com rótulo “Ex Bibliotheca Congregationis Oratorii (...)”, pelo que incorporado a partir da Livraria dos Oratorianos das Necessidades, com a cota BA 13-VIII-7;

<sup>93</sup> Urbano, Pedro, *A Casa Palmela e o desafio liberal: estratégias de afirmação*, dissertação de mestrado em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, 2005, pp. 197-198. Consulta online em

[https://run.unl.pt/bitstream/10362/63682/1/Tese\\_de\\_mestrado%20A%20Casa%20Palmela.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/63682/1/Tese_de_mestrado%20A%20Casa%20Palmela.pdf).

<sup>94</sup> *Idem, Idem.*

<sup>95</sup> BONIFÁCIO, Maria de Fátima, (transcrição, prefácio e edição), *Memórias do Duque de Palmela*, Publicações D. Quixote, 2011, p. 15.



*Atlas sive Cosmographicae meditationes de fabrica mundi (...)*, 1623. BA 13-VIII-7. Ex-libris em rótulo “Ex Bibliotheca Congregationis Oratorii (...)”.

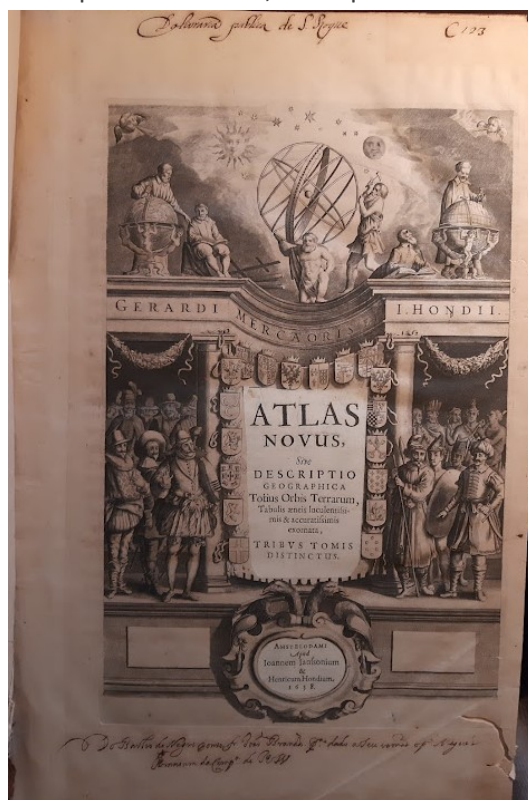
- *Atlas sive Cosmographicae meditationes de fabrica mundi et fabricati figura. Primum à Gerardo Mercatore inchoatae de indè a ludoco Hondio (...)*, igualmente impresso em Amesterdão, mas datado de 1630, conforme o que vem referido no mencionado códice. Este exemplar, com a cota 13-VIII-8 e sem marcas de posse, apresenta todas as cartas integralmente aguareladas. O ficheiro manual da BA atribui a proveniência à Livraria do Colégio dos Nobres.



*Atlas sive Cosmographicae meditationes de fabrica mundi et fabricati figura (...)*, 1630. BA 13-VIII-8. Sem marcas de posse.

Ora consultado o catálogo da Livraria daquele Colégio, cujo manuscrito se encontra na Biblioteca Nacional<sup>96</sup>, apesar de parte daquele acervo se encontrar na BA, verificou-se que o exemplar que pertencera àquela instituição, com igual descrição, era datado de 1613. Pelo que não poderia corresponder ao Atlas BA 13-VIII-8.

Um outro Atlas daquele célebre cartógrafo existente no acervo - *Atlas novus sive Descriptio geográfica totius orbis terrarum (...)*<sup>97</sup>, diferenciava no título e data, pois era datado de Amesterdão, 1638, apresentando *ex-libris* ms. “Da Livraria Pública de S. Roque”, pelo que eventualmente integrado a partir da Livraria do Colégio dos Nobres que recebeu os espólios bibliográficos das casas da Companhia de Jesus, na sequência da extinção da Ordem, em 1759.



*Atlas novus sive Descriptio geográfica totius orbis terrarum (...)*, BA 13-VIII-9 a 11.

Assim, considerando que a descrição catalográfica contida no ms. BA 51-XIII-8, (*Catálogo dos Mapas*) relativa ao *Atlas de Mercator*, cuja origem se reporta a “Calh.”, corresponde ao exemplar com a cota BA 13-VIII-8, somos levados a concluir que este, não podendo ser o do Colégio dos Nobres, pelas razões apontadas, poderá ser aquele, objecto de confisco, não tendo sido devolvido ao seu anterior proprietário, com a queda do governo miguelista.

<sup>96</sup>Catálogo da Livraria do Real Colégio dos Nobres de Lisboa:

<https://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?session=17G23K785C033.32325&profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionsummary&uri=full=3100024~!1283912~!0&ri=2&aspect=subtab11&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=catalogo+colegio+dos+nobres&index=.GW&uindex=&aspect=subtab11&menu=search&ri=2>

<sup>97</sup> BA 13-VIII-9 a 11.

Este exemplar apresenta actualmente uma encadernação de pastas de cartão cobertas de papel marmoreado mecânico, igual à dos catálogos da estante 51, datados de entre os anos de 1829-1831, pelo que deverá ter sido feita por aquela ocasião. Nada sabemos da anterior. Conteria alguma marca de posse ou super-libros dos Souza do Calhariz, da qual descendia a Casa Palmela<sup>98</sup>, pois Calhariz e Palmela significavam a mesma família? Teria a numeração árabe (nº 333) conforme o catálogo, justaposta na pasta posterior da capa, que não teria sobrevivido na nova encadernação?

Tal como anteriormente referimos, no códice BA 51-XIII-8 (2) a menção “Palm.” corresponde a cento e dezanove entradas, e “Calh.” a dezassete, pelo que as Livrarias destas Casas objecto de confisco, conteriam um núcleo significativo de Mapas e Cartas Geográficas, então integradas na Biblioteca Régia. O facto de o percurso de D. Pedro de Sousa e Holstein, primeiro conde, primeiro marquês e primeiro duque de Palmela, por decreto de D. Pedro enquanto regente, ter sido em parte no estrangeiro, no desempenho de funções diplomáticas em Roma, onde acompanha seu pai D. Alexandre Sousa Holstein (1751-1803), e posteriormente por nomeação régia, em Espanha, Londres, Paris, e Viena, onde participa no Congresso de Viena, entre Novembro de 1814 e Junho de 1815, como ministro plenipotenciário<sup>99</sup>, pode justificar a existência de um tão amplo conjunto de espécimes cartográficos, necessários ao desempenho das suas missões.

Da derrota napoleónica, pós Batalha de Waterloo, em 1815, resultara um necessário redesenhar das fronteiras dos países europeus, o que exigia um domínio da Geografia europeia e dos interesses ultramarinos das potências em confronto, pelo que aqueles mapas e atlas eram instrumentais ao cumprimento dos diversos cargos. A carreira política posterior de D. Pedro de Sousa e Holstein (1781-1850), fortemente marcada pelo apoio a D. Pedro IV (1798-1834), e à causa liberal, determinara novas partidas e sucessos diplomáticos, para reconhecimento de D. Maria II (1819-1853) como herdeira do trono português, por parte de diversas cortes europeias.

No entanto, para além da colecção de Mapas e Cartas que eram pertença da Casa Palmela-Calhariz, que podem ter tido diversos usos, desde apoio às funções diplomáticas no complexo xadrez político de oitocentos, aos pedagógicos, e que agora se encontravam na Ajuda, o exemplar do *Atlas de Mercator* BA 13-VIII-8, traduzia uma outra ordem de valores, pois era uma obra de aparato, que congregava a informação útil sobre a definição territorial dos países, com o elemento estético que lhe era conferido pelo colorido dos mapas aguarelados, que o tornam um exemplar biblioteconómico especialmente valioso. Aliás, datado de 1630, o seu interesse era já só histórico-patrimonial.

---

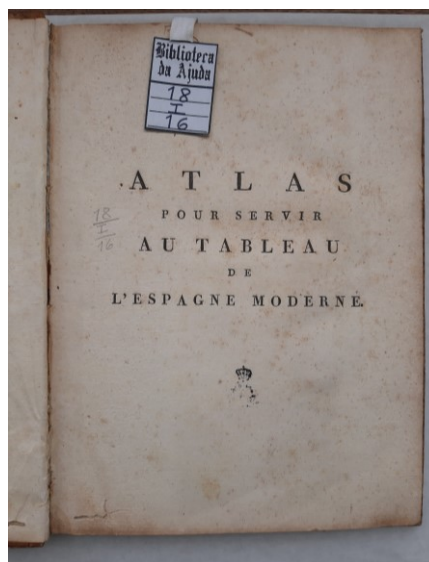
<sup>98</sup> Utilizamos o substantivo *Casa* com maiúscula, no sentido genealógico, de família nobiliárquica, enquanto entidade institucional, e *casa* para a componente edificada, isto é, residencial, pelo que podemos referir as propriedades da Casa, os vínculos e morgadias que a ela estavam associados. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Casa e Linhagem: o Vocabulário Aristocrático em Portugal nos séculos XVII-XVIII”, Revista Penélope, nº 12, 1993. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/28224257\\_Casa\\_e\\_Linhagem\\_o\\_Vocabulario\\_Aristocratico\\_em\\_Portugal\\_nos\\_Seculos\\_XVII\\_e\\_XVIII](https://www.researchgate.net/publication/28224257_Casa_e_Linhagem_o_Vocabulario_Aristocratico_em_Portugal_nos_Seculos_XVII_e_XVIII). Consulta em 18 de novembro de 2020.

<sup>99</sup> Ver <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/congresso-de-viena>. Consulta em 17 novembro 2020.

O investimento em livrarias que integravam a dupla componente formativa e de aparato fora apanágio das grandes Casas do Reino e um exemplar como o que referimos integrava-se plenamente num tipo de colecção que agregasse preciosidades, ou obras raras, ou especialmente valiosas. O gosto pelos livros fora já testemunhado pela extensa livraria de D. Luís de Sousa (1637-1690), da Casa do Calhariz, cujo catálogo, de igual modo, se encontra na BA - *Rol dos Livros q se receberam do Illmo Sr. Arcebispo Primaz Dom João de Souza (...) sobre o espólio do Illmo S. Arcebispo Dom Luis de Sousa (...)*,<sup>100</sup> inventário elaborado na sequência do processo de partilhas que opôs o Arcebispado de Braga, ao sobrinho herdeiro de D. Luís, D. Francisco de Sousa, relativo a livros provenientes do Paço Episcopal de Braga, onde o documento é assinado em 1697. Este inventário dos livros que se encontrava em Braga não exclui que pudessem existir outros na Casa do Calhariz a somar àqueles.

Ainda no códice BA 51-XIII-8 (2) encontramos algumas outras entradas com a designação de origem “Calh.”, e com numeração árabe, de igual modo, colada nas capas dos exemplares e que foi possível localizar na BA. Tratam-se das referências: *Antorcha de la Mar/Nueva grand y Relumbrante*/, 1699<sup>101</sup>, com numeração aposta na capa 332; Bourgoing, J.F.- *Atlas pour servir au Tableau de l’Espagne Moderne*, Paris 1803, com o número 350<sup>102</sup>; *Voyage dans la haute et basse Egypte. Planches*, Paris. 1799, com numero 385<sup>103</sup>. Os restantes exemplares da obra correspondem a cotas sequenciais<sup>104</sup>. Nenhum apresenta marcas de posse e a única relação com a Casa do Calhariz estabelece-se documentalmente na coincidência entre as identificações de proveniência inscritas no *Catálogo dos Mapas* e os números apostos nas obras.



*Atlas pour servir au Tableau de l’Espagne Moderne*, Bourgoing, J.F., Paris 1803, com o número 350 colocado na capa, pasta anterior, atribuído a “Calh.” BA 18-I-16.

<sup>100</sup> BA 54-XI-28 (85). Esta relação pode não englobar a totalidade dos livros que foram pertença do Arcebispo D. Luís de Sousa, mas eventualmente aqueles que se encontravam nos Paços Arcebispais.

<sup>101</sup> BA 53-XIII-5.

<sup>102</sup> BA 18-I-16.

<sup>103</sup> BA 22-IV-24.

<sup>104</sup> BA 22-IV-21 a 23.

Os verbetes manuscritos oitocentistas constituem, como atrás referimos, uma fonte de informação preciosa, por conterem a indicação de proveniência dos títulos neles mencionados. Seleccionados os que localizamos relativos à abreviatura “Calh.”, após aturadas pesquisas, fomos levados a novos encontros, que se estabelecem na relação entre aqueles documentos e o conteúdo de códices que pertencem ao acervo da BA, relativos à vida do prelado da Casa do Calhariz que atrás referimos, que fora Bispo de Lamego, em 1699, enviado embaixador de D. Pedro II à cúria de Roma, em 1675, e Arcebispo de Braga, em 1683, cargos nos quais desempenhara forte acção mecenática.

Boa parte dessa actividade bem como do coleccionismo informado, que D. Luís de Sousa praticou, e no qual se incluíam os livros, encontra-se documentada nos Códices da BA, pelo que tivesse ou não pertencido àquele prelado, nascido na quinta do Calhariz em 1637, o *Atlas sive Cosmographicae meditationes de fabrica mundi et fabricati figura* (...), 1630, BA 13-VIII-8, ou a algum outro elemento da família, deveria ser lá que se encontrava aquando do sequestro da Casa, assim justificando a referência a proveniência dita “Calh.”, daquele título, no *Catálogo dos Mapas*.

#### II. IV. Os códices relativos à embaixada de D. Luís de Sousa em Roma

Para além do gosto pelos livros, como podemos constatar pelo inventário da sua Livraria existente na secção de manuscritos da BA<sup>105</sup>, o interesse de D. Luís de Sousa pelo ambiente artístico de Roma é documentado pela ampla colecção de tesouros de arte que reúne, entre escultura, na qual se incluíam os bustos de imperadores romanos em mármore, pinturas, ourivesaria e prata, com os quais beneficiou a Sé de Lamego, bem como a sua Quinta do Calhariz, estendendo os seus interesses aos conhecimentos práticos na domínio da edificação que iam do fabrico de massas ou betumes que imitassem pedra, entre outros, que demonstram uma curiosidade viva e atenta sobre quanto observava no ambiente romano, no qual dava largas à bolsa, assaz recheada, e que muito o haveriam de influenciar como fica demonstrado no cuidado que D. Luís de Sousa aplicou na renovação dos Paços arcebispais bem como relativamente às alaias litúrgicas com as quais os enriqueceu e modernizou, tema ao qual tanto Miguel Soromenho, (no seu texto “D. Luís de Sousa (1637-1690). O gosto de um mecenas”<sup>106</sup>), como Teresa Leonor Vale, no seu doutoramento e em um conjunto importante de ensaios<sup>107</sup>, dedicam especial atenção.

---

<sup>105</sup> BA 54-XI-28 (85).

<sup>106</sup> SOROMENHO, Miguel, “D. Luís de Sousa (1637-1690). O gosto de um mecenas”<sup>106</sup>. Catálogo *Uma Família de Coleccionadores. Poder e Cultura, Antiga colecção Palmela*, Casa-Museu Anastácio Gonçalves, 2001.

<sup>107</sup> Ver a propósito VALE, Teresa Leonor M., “Palácio Poli: residência de um embaixador de Portugal na Roma barroca”, Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, Porto, 2005, 1ª Série vol. IV pp. 155-168. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/36404>.



*Entrega por Inocêncio XI a D. Luís de Sousa do Breve Papal para a Capela do Calhariz (pormenor). Félix da Costa Meesen, c. 1682-1683<sup>108</sup>.*

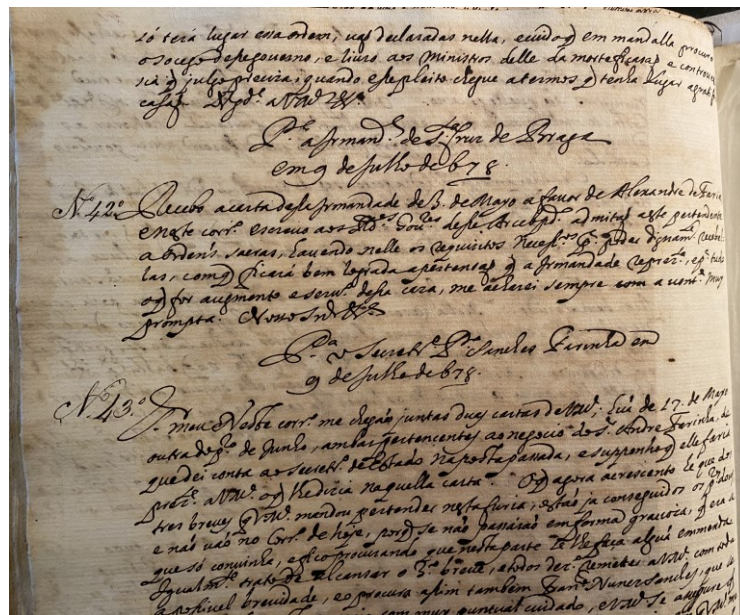
De muitas destas matérias encontramos referência nos manuscritos da BA, desde a “Relação enviada de Roma da soleníssima embaxada que em Fevereyro de 1676 por mandado do Serenissimo e Invictissimo Princepe D. Pedro (...) fêz a Santidade do Papa Clemente X o Illustrissimo e Excelentissimo Senhor D. Luis de Souza (...)”<sup>109</sup>, enquanto Embaixador em Roma, à sua vivência posterior, aquando da nomeação para o importante cargo de Arcebispo de Braga, cuja “magnificante entrada” naquela cidade, em 4 de Julho de 1683<sup>110</sup>, é relatada no códice manuscrito BA 51-VI-22.

Prosseguindo na investigação a partir dos verbetes oitocentistas, naqueles cuja proveniência é apontada a “Calh.”, foi possível estabelecer a correspondência entre as descrições bibliográficas neles contempladas e os conteúdos dos códices BA 51-V-25 e BA 51-V-26 que são, na realidade, copiadorees da correspondência de D. Luís de Sousa enquanto embaixador em Roma.

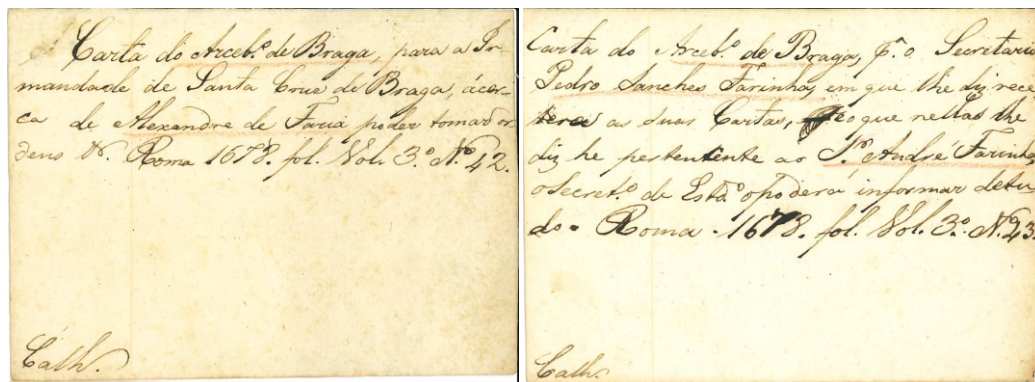
<sup>108</sup> SOROMENHO, Miguel, 2001, p. 73.

<sup>109</sup> BA 49-IV-26 (26). SOROMENHO, 2001, p. 38.

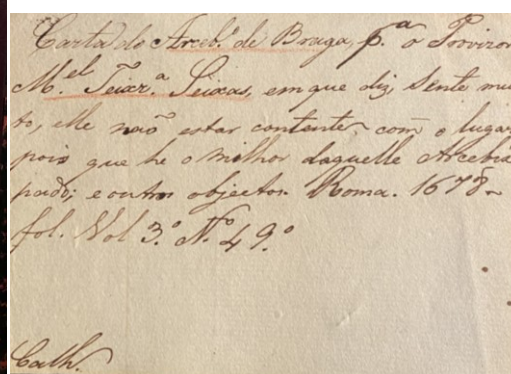
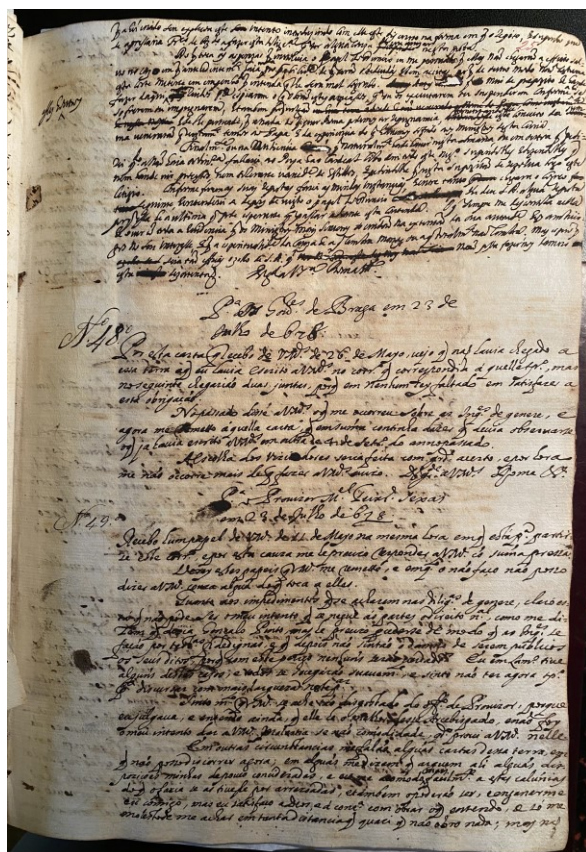
<sup>110</sup> SOROMENHO, 2001, p. 19. BA 51-VI-22 (fls 99 e 99v., 101 e 101 v.)



Códice BA 51-V-26, fol.25



Verbetes correspondentes ao código BA 51-V-26



Códice BA 51-V-26, fol. 25 e verbete correspondente

A proveniência daqueles códices e a data da sua entrada na Biblioteca da Ajuda não está actualmente documentada e a única referência é a agora desvendada a partir dos verbetes, pois ao indicarem Calhariz como proveniência dão um importante contributo para o conhecimento da origem de um tão vasto conjunto de manuscritos, tanto em códice, como avulsos, existentes na BA, relacionado com a actividade daquele prelado da Casa dos Sousa do Calhariz.

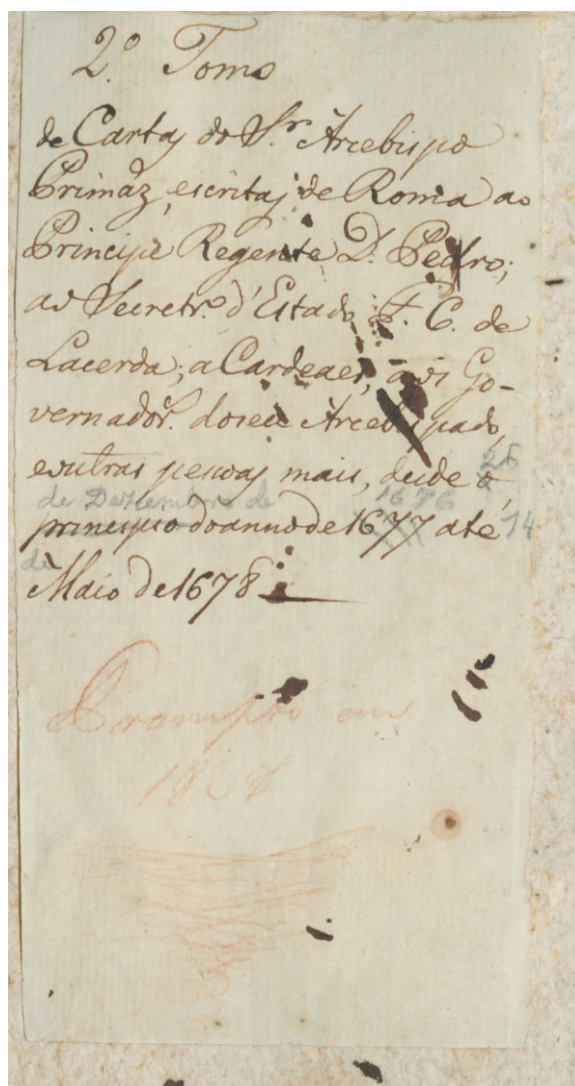
Pelos exemplos expostos consideramos plausível que tanto o *Atlas de Mercator* BA 13-VIII-8, assim como os exemplares localizados na BA igualmente com indicação de proveniência a “Calh.”, no *Catálogo dos Mapas*, bem como os códices que documentam a vida de D. Luís de Sousa, tenham dado entrada na Real Biblioteca Particular, aquando do sequestro das livrarias dos exilados liberais, contemplados no Acórdão de 1829, nomeadamente das relativas à Casa Palmela-Calhariz.

Para corroborar a nossa tese, feita a consulta do catálogo que Luis dos Santos Marrocos elabora em 1813<sup>111</sup>, relativo aos manuscritos da Coroa que seguiram com a Livraria Real para o Rio e que depois regressaram, estes códices não constam daquele inventário, pelo que não integraram as colecções régias de manuscritos que foram e regressaram do Brasil. Mas constam os relativos a D. João de Sousa (1647-1710), que antecederam a D. Luís no Arcebispado de Braga. Sabe-se, no entanto, que a documentação relativa a este último prelado integrara a

<sup>111</sup> MARROCOS, Luís dos Santos, *Índice Geral dos manuscritos da Bibliotheca da Coroa, disposto alfabeticamente*, BA 49-IX-44.

aquisição feita por D. José I, da Livraria do 11º Conde de Redondo, a cuja família aquele Arcebispo pertencia, já que era irmão de D. Fernão de Sousa de Castelo-Branco Coutinho e Menezes, 10º Conde de Redondo.

O facto de a colecção da Biblioteca régia já contemplar documentos relativos ao Arcebispado de Braga, ao tempo de D. João de Sousa (1694-1704), pode ter levado os bibliotecários da Ajuda a reterem a documentação manuscrita e os copiadorees que integravam a colecção de D. Luís de Sousa, que lhe sucede no cargo, com o interesse suplementar de este conjunto contemplar uma vasta informação sobre as relações do Reino com a cúria romana, durante a Embaixada do prelado da Casa do Calhariz no Vaticano.



Rótulo no códice BA 51-V-25. “Cartas do Sr. Arcebispo Primaz escritas de Roma ao Príncipe regente D. Pedro; ao Secretário de Estado F.C. de Lacerda; a cardeais; aos Governadores do seu Arcebispado; e outras pessoas mais, desde 26 de Dezembro de 1676 até Maio de 1678”. Manuscrito a sépia “Prompto em 1830”(?)

Não podemos, de igual modo, ignorar que a BA dispunha já de um núcleo constituído por cópias dos documentos relativos ao Reino de Portugal, existentes nos arquivos papais do Vaticano, nomeadamente os 226 códices da *Rerum Lusitanicarum*, trabalho executado no âmbito da Real Academia de História. Os copiadorees da correspondência de D. Luís de Sousa, como embaixador em Roma enviado por D. Pedro II, filiavam-se no tipo de documentação que testemunhava a relação privilegiada da coroa portuguesa com a corte papal.

**Em síntese**, a não devolução de parte do espólio confiscado, após a Convenção de Évora Monte, em 1834, que significara o exílio de D. Miguel, nomeadamente no que respeita a Casa dos Sousa Calhariz-Palmela, poderá ser explicada com a “reserva” de D. Pedro de Sousa e Holstein (1781-1850) em pedir ao novo governo de D. Maria II, parte do Arquivo-Livraria da Casa do Calhariz que agora integrava a Real Biblioteca Particular? Poderemos considerar, que para uma figura/Casa que se distinguira no apoio à consagração do Regime Constitucional e que empenhara todo o seu esforço e património no reconhecimento da “causa” de D. Maria II, tal poderia significar um novo serviço prestado aos que tinham elevado a Casa Palmela a ducado, em 1833, ainda antes da vitória do partido liberal.

A eventual localização de mais exemplares contemplados no códice BA 51-XIII-8, ou em documentação da BA, verbetes antigos, ou outra, afectos aquela Casa, ou à de outros “banidos” liberais, poderá ajudar a consolidar a tese da permanência na Real Biblioteca Particular, de um conjunto de obras confiscadas durante o reinado de D. Miguel e que, não tendo sido devolvidas pelos governos liberais, agora integram o acervo da BA, comprovando uma apetência por obras de cultura, nomeadamente por livros, por parte da Coroa, como testemunham tanto a inclusão na Real Biblioteca Particular das obras supramencionadas, bem como das Livrarias dos seus elementos femininos, nomeadamente a da Princesa D. Maria Francisca Benedita (1746-1829), ou a de D. Carlota Joaquina (1775-1830), cujos catálogos se encontram na BA. E confirmando como as Bibliotecas patrimoniais são lugares cheios de mistérios, e de permanente descoberta.

#### **Bibliografia:**

##### **Impressos:**

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, (transcrição, prefácio e edição), *Memórias do Duque de Palmela*, Publicações D. Quixote, 2011.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de, *Para se achar facilmente o que se busca. Bibliotecas, Catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII)*, Caleidoscópio, 2015.

IZQUIERDO, Francisco Precioso, “Los Libros de una Aristócrata en la España del siglo XVIII: el “Índice” de Mariana de Silva y Álvarez de Toledo (1778)”, *MAGALLÁNICA*, Revista de Historia Moderna Vol.5, nº 9, 2018.

MANDROUX-FRANÇA, Marie Thérèse; PRÉAUD, Maxime, *Catalogues de la Collection d’Estampes de Jean V, Roi de Portugal, para Pierre-Jean Mariette*, Fundação Calouste

Gulbenkian, Bibliothèque Nationale de France, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa-Paris, 2003.

LISBOA, João Luís; CABRAL, Maria Luísa, “A Real Biblioteca Pública da Corte e o Estado Moderno”, *Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 36/2017.

DELAFORCE, Angela, *The Lost Library of the King of Portugal*, AD ILISSUM, 2019

LIMA, M. Oliveira, *D. João VI no Brasil*, ACD Editores, s/data.

MARQUES, António Jorge, *A obra religiosa de Marcos António Portugal*, BNP, 2012.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Casa e Linhagem: o Vocabulário Aristocrático em Portugal nos séculos XVII-XVIII”, *Revista Penélope*, nº 12, 1993. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/28224257\\_Casa\\_e\\_Linhagem\\_o\\_Vocabulario\\_Aristocratico\\_em\\_Portugal\\_nos\\_Seculos\\_XVII\\_e\\_XVIII](https://www.researchgate.net/publication/28224257_Casa_e_Linhagem_o_Vocabulario_Aristocratico_em_Portugal_nos_Seculos_XVII_e_XVIII).

RIBEIRO, José Silvestre, *Apontamentos Históricos sobre Bibliotecas Portuguesas*, Universidade de Coimbra, 1914.

SANTOS, Mariana A. Machado, *Alexandre Herculano e a Biblioteca da Ajuda*, Coimbra, 1965.

SOROMENHO, Miguel, “D. Luís de Sousa (1637-1690). O gosto de um mecenas”. Catálogo *Uma Família de Coleccionadores. Poder e Cultura, Antiga colecção Palmela*, Casa-Museu Anastácio Gonçalves, 2001.

URBANO, Pedro, *A Casa Palmela e o desafio liberal: estratégias de afirmação*, dissertação de mestrado em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, 2005. Disponível em:

[https://run.unl.pt/bitstream/10362/63682/1/Tese\\_de\\_mestrado%20A%20Casa%20Palmela.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/63682/1/Tese_de_mestrado%20A%20Casa%20Palmela.pdf).

VALE, Teresa Leonor M., “Palácio Poli: residência de um embaixador de Portugal na Roma barroca”, *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, Porto, 2005, 1ª Série vol. IV pp. 155-168. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/36404>.

#### Manuscritos:

Arquivo Interno ms. pasta D 291

Códices BA 51-V-25 e 26

Códice BA 51-XIII-8

HOLANDA, Francisco da, *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, BA 49-IX-44

MARROCOS, Luís dos Santos, *Índice Geral dos manuscritos da Bibliotheca da Coroa, disposto alfabeticamente*, BA 49-IX-44.